



TAM S.A. e controladas

Demonstrações financeiras para os exercícios
findos em 31 de Dezembro de 2016, 2015 e 1º de janeiro de 2015 e
Relatórios dos Auditores Independentes

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A TAM S.A. é uma *holding* que detem o controle da TAM Linhas Aéreas S.A., que por sua vez, é um das líderes no setor de transporte de passageiros e cargas no Brasil e, apresenta em 10 de abril de 2017 as demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, bem como a reapresentação dos saldos comparativos de 31 de dezembro de 2015 e a apresentação do balanço de abertura de 1º de janeiro de 2015.

A TAM S.A. (“TSA” ou “Companhia”) refere-se à entidade consolidada e suas respectivas subsidiárias, cujas atividades estão relacionadas com transporte aéreo de passageiros e cargas no território nacional e em âmbito internacional, aquisição e financiamento de aeronaves, captação de recursos, e desenvolvimento de atividades de agenciamento de viagens e turismo.

COMENTÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE O RESULTADO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

O ano de 2016 foi extremamente desafiador para a Companhia, principalmente devido a retração apresentada pela economia brasileira que, entre outras consequências, acumulou uma sequência de 17 meses seguidos de redução na demanda doméstica do transporte de passageiros, o que acarretou no exercício corrente em uma retração da demanda na ordem de 5,7%, conforme divulgado pela ANAC⁽¹⁾. Em meio a um cenário econômico e político turbulento, a Administração, assim como em 2015, promoveu como principal medida de realinhamento dos negócios uma readequação da malha nacional, com redução da oferta em 11,0%.

A receita bruta apurada pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$16,0 bilhões, comparada a R\$16,4 bilhões no ano anterior. A redução de 2,4% observada na receita bruta, reflete a redução de 3,9% nas receitas de transporte de passageiros nacionais e internacionais e de 18,4% nas receitas oriundas do transporte de cargas. No exercício de 2016 as receitas de passageiros, cargas, programas de fidelidade e outras corresponderam a 80,2%, 8,7%, 5,1% e 6,0% da receita bruta total, respectivamente.

Na opinião da Administração, a redução no faturamento da Companhia é um reflexo da retração da economia brasileira, que apresentou o segundo ano seguido de queda do produto interno bruto, sendo 3,8% em 2016 e 3,6% em 2015, afetando a demanda, conforme mencionado acima.

Apesar das condições desafiantes, a Companhia conseguiu melhorar sua margem operacional em 3,79 p.p., entretanto, apresentou uma piora de 1,84 p.p. no prejuízo operacional, enquanto, o prejuízo líquido apresenta uma melhora

significativa de 88,3%, principalmente devido aos efeitos de valorização do Real perante ao dólar americano. Conforme detalhado na nota 1.1, destas demonstrações financeiras, a Companhia, por meio de sua subsidiária TAM Linhas Aéreas S.A., adotou como estratégia de redução à exposição cambial a transferência à sua controladora de aeronaves, até então, alugadas sob a modalidade de arrendamento financeiro, e subsequentemente, alugou-as por meio de arrendamento operacional. Essa estratégia gerou um gasto não recorrente no resultado do exercício de 2016 de R\$425,0 milhões (R\$74,2 milhões em 2015), excluindo-se esses efeitos em ambos os exercícios sociais, o prejuízo de 2016 apresentaria uma melhora adicional de 21,6%, acumulando assim, uma redução total de 109,9%, correspondente a um lucro líquido ajustado de R\$126,3; líquido dos efeitos de impostos.

A Companhia integra o Grupo LATAM, que é o grupo de companhias aéreas melhor posicionado na América Latina e que em seu balanço consolidado continua demonstrando melhoras consistentes em suas margens operacionais e geração de fluxo de caixa, demonstrando assim a resiliência do seu modelo de negócios.

A Administração da Companhia tem sido proativa em buscar alternativas para enfrentar as dificuldades que se apresentam, focando principalmente nos aspectos que estão sob o seu controle e aumento de produtividade em várias frentes. A Administração continua a envidar esforços para melhorar a rentabilidade e a geração de fluxo de caixa da operação brasileira para que a Companhia possa atingir níveis sustentáveis de desempenho.

A Administração da Companhia seguirá acompanhando os movimentos do mercado e tomando as ações necessárias para realinhamento dos negócios e identificação de oportunidades para tornar a presença do Grupo LATAM ainda mais forte no Brasil, América Latina e nos demais países do mundo.

Adicionalmente, a Administração da Companhia está rerepresentado suas demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2015 e saldo de abertura de 1º de janeiro de 2014, em função de problemas ocorridos na migração de dados durante a implementação de um grande sistema. Estas questões foram identificadas pela Administração durante o ano de 2016 e, por consequência, houve a necessidade da rerepresentação.

⁽¹⁾ Relatório de Demanda e Oferta emitido pela ANAC, disponível em: <http://www.anac.gov.br/assuntos/dados-e-estatisticas/demanda-e-oferta-do-transporte-aereo>

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas de
TAM S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da TAM S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da TAM S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Reapresentação e auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 1º. de janeiro de 2015, apresentadas para fins de comparação, foram reapresentadas pela Administração em decorrência de correção de erro em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, conforme detalhados na nota explicativa nº 5, totalizando um impacto no patrimônio líquido de R\$236.012 mil em 31 de dezembro de 2015 e R\$31.105 mil em 1º. de janeiro de 2015. Estas demonstrações financeiras reapresentadas foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório sobre a reapresentação datado em 4 de abril de 2017, sem qualquer modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse Relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse Relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 4 de abril de 2017.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Ezequiel Litvac', written over a faint, illegible stamp or background.

Ezequiel Litvac
Contador CRC-1SP249186/O-5

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 1º de janeiro de 2015
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		
		31/12/2016	31/12/2015	Reapresentado* Em 1º de janeiro de 2015
ATIVO CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	7	36.403	3.338	1.236
Aplicações financeiras	8	57.446	1.642	4.072
Contas a receber	10	4.050	4.013	-
Tributos a recuperar	12	21.070	28.192	35.443
Demais contas a receber		15.251	15.436	4.212
Total do ativo circulante		134.220	52.621	44.963
ATIVO NÃO CIRCULANTE				
Imposto de renda e contribuição social diferidos		57.786	61.490	43.748
Depósitos judiciais	16	172	2.849	2.095
Demais contas a receber		-	201	15.772
		57.958	64.540	61.615
Investimentos	17	352.764	425.082	1.147.867
Imobilizado		63	76	90
Intangível		124.927	124.927	163.189
Total do ativo não circulante		535.712	614.625	1.372.761
TOTAL DO ATIVO		669.932	667.246	1.417.724

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

*A Companhia está reapresentando o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e saldo de abertura em 1º de janeiro de 2015, conforme exposto na nota explicativa 5.



Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 1º de janeiro de 2015
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

PASSIVO	Nota explicativa	Controladora Reapresentado*		
		31/12/2016	31/12/2015	Em 1º de janeiro de 2015
PASSIVO CIRCULANTE				
Fornecedores	22	95.415	99.111	740
Salários e encargos sociais		346	2.521	929
Impostos a recolher		2.290	3.271	16.919
Demais contas a pagar		-	329	1.174
Total do passivo circulante		98.051	105.232	19.762
PASSIVO NÃO CIRCULANTE				
Provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	24	-	287	287
Provisão para perdas com investimentos	17	1.044.567	671.895	31.105
Empréstimos a pagar – Mútuos	29	2.978	-	94.617
Dividendos a pagar		858	858	-
Demais contas a pagar		-	-	2.978
Total do passivo não circulante		1.048.403	673.040	128.987
TOTAL DO PASSIVO		1.146.454	778.272	148.749
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social	27	5.035.926	5.035.926	5.035.926
Reservas de capital		127.570	142.351	148.538
Prejuízos acumulados		(6.207.393)	(5.920.709)	(4.465.357)
Ajuste de avaliação patrimonial		567.375	631.406	549.868
Total do patrimônio líquido		(476.522)	(111.026)	1.268.975
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		669.932	667.246	1.417.724

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

*A Companhia está reapresentando o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e saldo de abertura em 1º de janeiro de 2015, conforme exposto na nota explicativa 5.



Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 1º de janeiro de 2015
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	Nota explicativa	Consolidado		
		31/12/2016	31/12/2015	Reapresentado* Em 1º de janeiro de 2015
ATIVO CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	7	642.754	816.121	359.991
Aplicações financeiras	8	1.749.204	1.908.927	1.337.487
Caixa restrito	9	431.252	13.755	10.260
Contas a receber	10	4.281.678	3.821.143	3.604.156
Estoques	11	335.521	395.334	429.384
Tributos a recuperar	12	366.376	625.395	476.491
Pré-pagamentos de manutenções		129.836	202.169	75.598
Outros ativos financeiros	13	60.968	-	-
Demais contas a receber		156.359	335.715	163.172
Ativos disponíveis para venda	14	152.580	-	-
Total do ativo circulante		8.306.528	8.118.559	6.456.539
ATIVO NÃO CIRCULANTE				
Caixa restrito	9	32.995	2.458	30.128
Empréstimo a receber – Mútuos	29	2.493.832	3.082.167	3.010.767
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	1.122.729	1.282.441	675.721
Depósitos judiciais	16	627.101	530.779	505.732
Pré-pagamentos de manutenções		21.184	188.590	185.137
Demais contas a receber		29.130	86.146	85.820
		4.326.971	5.172.581	4.493.305
Imobilizado	18	2.626.826	3.698.187	3.963.990
Intangível	19	589.281	563.955	600.007
Total do ativo não circulante		7.543.078	9.434.723	9.057.302
TOTAL DO ATIVO		15.849.606	17.553.282	15.513.841

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

*A Companhia está reapresentando o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e saldo de abertura em 1º de janeiro de 2015, conforme exposto na nota explicativa 5.



Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 1º de janeiro de 2015
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

PASSIVO	Nota explicativa	Consolidado		
		31/12/2016	31/12/2015	Reapresentado* Em 1º de janeiro de 2015
PASSIVO CIRCULANTE				
Empréstimos e financiamentos	20	1.650.182	22.550	167.125
Arrendamentos financeiros	21	228.756	476.136	413.736
Fornecedores	22	4.966.313	4.890.645	2.581.708
Salários e encargos sociais		638.202	650.379	495.346
Receitas diferidas	23	3.519.877	3.655.181	3.368.220
Impostos a recolher		121.748	144.856	133.206
Provisão para manutenção	25	556.162	699.781	527.867
Outros passivos financeiros		41.820	-	-
Demais contas a pagar		70.174	39.982	117.758
Total do passivo circulante		11.793.234	10.579.510	7.804.966
PASSIVO NÃO CIRCULANTE				
Empréstimos e financiamentos	20	1.621.931	3.111.160	2.902.352
Arrendamentos financeiros	21	1.254.868	2.015.031	1.724.598
Provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	24	834.291	765.482	748.070
Provisão para perdas com investimentos	17	-	-	2.163
Empréstimos a pagar – Mútuos	29	7.703	-	-
Provisão para manutenção	25	599.362	972.986	818.362
Dividendos a pagar		858	858	-
Demais contas a pagar		123.479	144.029	181.921
Total do passivo não circulante		4.442.492	7.009.546	6.377.466
TOTAL DO PASSIVO		16.235.726	17.589.056	14.182.432
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social	27	5.035.926	5.035.926	5.035.926
Reservas de capital		127.570	142.351	148.538
Prejuízos acumulados		(6.207.393)	(5.920.709)	(4.465.357)
Ajuste de avaliação patrimonial		567.375	631.406	549.868
Total do patrimônio líquido		(476.522)	(111.026)	1.268.975
Participação dos acionistas não controladores		90.402	75.252	62.434
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		15.849.606	17.553.282	15.513.841

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

*A Companhia está reapresentando o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e saldo de abertura em 1º de janeiro de 2015, conforme exposto na nota explicativa 5.



Demonstração do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		Reapresentado*		Reapresentado*	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Receita operacional líquida	30	-	-	15.329.954	15.604.765
Custo dos serviços prestados	31	-	-	(12.569.962)	(13.387.019)
Lucro operacional bruto		-	-	2.759.992	2.217.746
Despesas com vendas	31	-	(555)	(1.392.393)	(1.657.953)
Despesas gerais e administrativas	31	(6.323)	(4.526)	(1.195.704)	(854.025)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	32	-	-	(622.126)	123.816
Prejuízo operacional		(6.323)	(5.081)	(450.231)	(170.416)
Receitas financeiras	33	2.285	5.571	453.639	460.065
Despesas financeiras	33	(213)	(2.052)	(511.608)	(654.201)
Variação cambial líquida	33	10	(42)	746.561	(1.294.764)
Resultado de equivalência patrimonial	17	(278.833)	(1.443.017)	-	-
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(283.074)	(1.444.621)	238.361	(1.659.316)
Imposto de renda e contribuição social:					
Corrente	15	(8.619)	(2.851)	(240.586)	(243.597)
Diferido	15	(3.704)	(7.880)	(151.951)	579.740
Prejuízo do exercício		(295.397)	(1.455.352)	(154.176)	(1.323.173)
Atribuído aos					
Acionistas da TAM S.A.		(295.397)	(1.455.352)	(295.397)	(1.455.352)
Acionistas não controladores		-	-	141.221	132.179
		(295.397)	(1.455.352)	(154.176)	(1.323.173)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

*A Companhia está reapresentando o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e saldo de abertura em 1º de janeiro de 2015, conforme exposto na nota explicativa 5.



Demonstração do resultado abrangente para os exercícios findos em
31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	Reapresentado* 31/12/2015	31/12/2016	Reapresentado* 31/12/2015
Prejuízo do exercício	(295.397)	(1.455.352)	(154.176)	(1.323.173)
Componentes do resultado abrangente:				
Remensuração do passivo de benefício definido	-	(8.004)	-	(8.004)
(Perda) ganho na conversão de investimentos	(49.847)	88.725	(49.847)	88.725
Hedge de fluxo de caixa	-	817	-	817
Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	(345.244)	(1.373.814)	(204.023)	(1.241.635)
Atribuído aos				
Acionistas controladores	(345.244)	(1.373.814)	(345.244)	(1.373.814)
Acionistas não controladores	-	-	141.220	132.930
	(345.244)	(1.373.814)	(204.024)	(1.240.884)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

*A Companhia está reapresentando o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e saldo de abertura em 1º de janeiro de 2015, conforme exposto na nota explicativa 5.



TAM S.A. E SUAS CONTROLADAS



Demonstração da mutação do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 1º de janeiro de 2015.

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Reserva de capital						Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido consolidado	
	Capital social	Ações em tesouraria	Agio na emissão de ações	Plano de remuneração baseado em ações	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados			Total
Em 1º de janeiro de 2015	5.035.926	-	74.947	73.591	549.868	(4.434.252)	1.300.080	62.434	1.362.514
Correção de erro, líquido (Nota 5)	-	-	-	-	-	(31.105)	(31.105)	-	(31.105)
Em 1º de janeiro de 2015	5.035.926	-	74.947	73.591	549.868	(4.465.357)	1.268.975	62.434	1.331.409
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(1.455.352)	(1.455.352)	132.179	(1.323.173)
Plano de assistência médica e previdência	-	-	-	-	(8.004)	-	(8.004)	-	(8.004)
Ganho na conversão de investimentos no exterior	-	-	-	-	88.725	-	88.725	571	89.296
Hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	817	-	817	180	997
Total do resultado abrangente	-	-	-	-	81.538	(1.455.352)	(1.373.814)	132.930	(1.240.884)
Transações com acionistas e constituição de reservas:									
Pagamento de dividendos e JSCP	-	-	-	-	-	-	-	(117.699)	(117.699)
Plano de remuneração baseado em ações	-	-	-	1.743	-	-	1.743	559	2.302
Aquisição de ações próprias de subsidiárias	-	(7.930)	-	-	-	-	(7.930)	(2.972)	(10.902)
Em 31 de dezembro de 2015 (reapresentado*)	5.035.926	(7.930)	74.947	75.334	631.406	(5.920.709)	(111.026)	75.252	(35.774)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(295.397)	(295.397)	141.220	(154.177)
Perda na conversão de investimentos no exterior	-	-	-	-	(49.847)	-	(49.847)	-	(49.847)
Total do resultado abrangente	-	-	-	-	(49.847)	(295.397)	(345.244)	141.220	(204.024)
Transações com acionistas e constituição de reservas:									
Pagamento de dividendos e JSCP	-	-	-	-	-	-	-	(142.059)	(142.059)
Realização do custo atribuído do ativo	-	-	-	-	(8.713)	8.713	-	-	-
Reclassificação para IR Diferido	-	-	-	-	(8.113)	-	(8.113)	-	(8.113)
Constituição de reserva legal em subsidiária	-	-	-	-	2.642	-	2.642	881	3.523
Plano de remuneração de ação	-	-	-	(15.108)	-	-	(15.108)	15.108	-
Aquisição de ações próprias de subsidiárias	-	327	-	-	-	-	327	-	327
Em 31 de dezembro de 2016	5.035.926	(7.603)	74.947	60.226	567.375	(6.207.393)	(476.522)	90.402	(386.120)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

*A Companhia está reapresentando o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e saldo de abertura em 1º de janeiro de 2015, conforme exposto na nota explicativa 5.



TAM S.A. E SUAS CONTROLADAS



Demonstração dos fluxos de caixa para os exercícios findos em
31 de dezembro de 2016, e 2015

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		Reapresentado*		Reapresentado*	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Prejuízo do exercício		(295.397)	(1.455.352)	(154.176)	(1.323.173)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado nas atividades operacionais					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	3.704	7.880	151.951	(579.740)
Depreciações e amortizações	18/19	13	14	452.884	568.924
Resultado na alienação do imobilizado e intangível	18/19	-	38.262	722.576	452.025
Juros e variações cambiais sobre ativos e passivos		-	-	3.816	994.131
Equivalência patrimonial	17	278.833	1.443.017	-	-
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	10	-	-	10.772	40.978
Outras provisões		57	-	(13.407)	24.684
Provisão para ativos disponíveis para venda	14	-	-	131.876	-
Provisões para manutenção	25	-	-	(517.243)	326.538
Provisões para contingências	24	(287)	-	12.581	89.814
Extinção de obrigação de arrendamento financeiro		-	-	(357.673)	(135.626)
Plano de remuneração baseado em ações		-	-	-	2.302
Variações nos ativos e passivos					
Contas a receber	10	(37)	(4.013)	(471.307)	(257.965)
Aplicações financeiras	8	(55.804)	2.430	159.723	(571.440)
Caixa restrito	9	-	-	(203.569)	-
Estoques	11	-	-	(16.469)	10.894
Tributos a recuperar	12	7.122	7.251	259.019	(148.904)
Pré-pagamento de manutenção		-	-	239.739	-
Depósitos judiciais	16	2.677	(754)	(60.065)	(4.643)
Fornecedores	22	(3.696)	98.371	75.668	2.308.937
Salários e encargos sociais		(2.175)	1.592	(12.177)	153.505
Impostos a recolher		(981)	(13.648)	(23.108)	11.650
Receitas diferidas	23	-	-	(135.304)	84.043
Pagamentos de contingências	24	-	-	(53.309)	(72.402)
Juros pagos		-	-	23.620	(374.513)
Outros ativos e passivos líquidos		10.159	(26.037)	246.014	(260.289)
Caixa proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		(55.812)	99.013	472.432	1.339.730
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Aumento de capital em subsidiárias	17	(293.167)	-	-	-
Empréstimos de mútuo a partes relacionadas	29	2.978	-	(178.049)	1.241.723
Aquisições de imobilizado	18	-	-	(288.069)	(622.413)
Aquisições de ativos intangíveis	19	-	-	(85.640)	(93.610)
Recebimento de dividendos e JSCP	17	379.066	313.706	-	-
Depósitos em garantia		-	-	-	19.547
Caixa (utilizado nas) proveniente das atividades de investimento		88.877	313.706	(551.758)	545.247
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Captação de empréstimos		-	-	647.000	-
Caixa restrito	9	-	-	(244.466)	-
Recebimento/pagamento de prêmio de hedge		-	-	1.569	-
Aumento de capital		-	(316.000)	-	-
Pagamento de mútuo		-	(94.617)	-	-
Amortização de principal de empréstimos e financiamentos		-	-	(6.963)	(1.470)
Dividendos e juros sobre capital próprio pago aos acionistas não controladores		-	-	(142.059)	(117.699)
Amortização de bônus seniores		-	-	-	(928.386)
Arrendamentos financeiros		-	-	(283.925)	(424.734)
Caixa aplicado nas atividades de financiamento		-	(410.617)	(28.844)	(1.472.289)
Diminuição/Aumento no caixa e equivalentes de caixa		33.065	2.102	(108.170)	412.688
Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa		-	-	(65.197)	43.442
Variação total caixa e equivalentes de caixa		33.065	2.102	(173.367)	456.130
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		3.338	1.236	816.121	359.991
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		36.403	3.338	642.754	816.121
Variação total caixa e equivalentes de caixa		33.065	2.102	(173.367)	456.130

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

*A Companhia está reapresentando o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e saldo de abertura em 1º de janeiro de 2015, conforme exposto na nota explicativa 5.



ÍNDICE DAS NOTAS EXPLICATIVAS

Apresentamos as notas explicativas que integram o conjunto das Demonstrações Financeiras da TAM S.A. e controladas, distribuídas da seguinte forma:

1. CONTEXTO OPERACIONAL	17
2. ESTRUTURA SOCIETÁRIA	19
3. DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO E BASE DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	20
4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	21
5. REAPRESENTAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO FINANCEIRA APRESENTADA NO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E BALANÇO DE ABERTURA LEVANTADO EM 1º DE JANEIRO DE 2015 DE 2015 E 2014.....	36
6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS.....	40
7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	46
8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS.....	47
9. CAIXA RESTRITO.....	47
10. CONTAS A RECEBER	48
11. ESTOQUES.....	49
12. TRIBUTOS A RECUPERAR	49
13. OUTROS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS	50
14. ATIVOS DISPONÍVEIS PARA VENDA	50
15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS	51
16. DEPÓSITOS JUDICIAIS.....	54
17. INVESTIMENTOS.....	55
18. IMOBILIZADO.....	56
19. INTANGÍVEL	57
20. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	58
21. OBRIGAÇÕES COM ARRENDAMENTO MERCANTIL	59
22. FORNECEDORES.....	61
23. RECEITAS DIFERIDAS	61
24. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, TRABALHISTAS E CÍVEIS.....	62
25. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO	67
26. PLANO DE BENEFÍCIO PÓS EMPREGO	67
27. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	67
28. PLANO DE REMUNERAÇÃO BASEADO EM AÇÕES.....	68
29. PARTES RELACIONADAS	72
30. RECEITA OPERACIONAL.....	76
31. RESULTADO POR NATUREZA.....	77
32. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS	77
33. RESULTADO FINANCEIRO	78
34. NOVAS NORMAS E PRONUNCIAMENTOS AINDA NÃO ADOTADOS	78
35. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	79
36. EVENTOS SUBSEQUENTES	79



1. CONTEXTO OPERACIONAL

A TAM S.A. ("TAM" ou "Companhia") foi constituída em 12 de maio de 1997, é uma subsidiária integral da LATAM Airlines Group S.A. ("Grupo" ou "LATAM"), um dos maiores grupos de companhias aéreas do mundo em malha aérea, o qual oferece serviços de transporte de passageiros e cargas para cerca de 140 destinos, em 25 países, com uma frota de 329 aviões. A LATAM tem em torno de 46 mil funcionários. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia abrangem a Companhia e suas subsidiárias.

As ações da LATAM são negociadas nas bolsas de Santiago do Chile e Nova York, nesta última, na forma de ADRs, sob o *ticker* LFL. As ações da LATAM compõem o Índice Dow Jones de Sustentabilidade da bolsa de Nova York ("NYSE").

As controladas TAM Linhas Aéreas S.A. ("TLA") e ABSA Aerolinhas Brasileiras S.A. ("ABSA"), em conformidade com a concessão da Agência Nacional de Aviação Civil ("ANAC"), operam principalmente linhas regulares de transporte aéreo de passageiros, cargas e malas postais, no território brasileiro e em âmbito internacional, por meio de aeronaves próprias ou arrendadas ou por meio da contratação de serviços de terceiros, e de serviços de carregamento e descarregamento de cargas aéreas.

A TLA e a ABSA têm por objeto social ainda:

- Ø explorar atividades complementares de serviços de transporte aéreo por frete de passageiros, cargas e malas postais;
- Ø prestar serviços de manutenção, reparação de aeronaves próprias ou de terceiros, motores, partes e peças;
- Ø hangaragem de aviões;
- Ø atendimento de pátio e pista, abastecimento de comissária de bordo e limpeza de aeronaves;
- Ø prestar serviços de engenharia, assistência técnica e demais atividades relacionadas à indústria aeronáutica;
- Ø realizar instrução e treinamento, relacionados às atividades aeronáuticas;
- Ø compra e venda de peças, acessórios e equipamentos aeronáuticos;
- Ø comercialização de direitos de resgate de prêmios no âmbito dos programas de fidelização;
- Ø atividades relacionadas à captação de recursos para financiamento de aeronaves;
- Ø desenvolvimento exclusivo de atividades de agenciamento de turismo;
- Ø desenvolvimento e execução de outras atividades conexas, correlatas ou complementares ao transporte aéreo; e
- Ø importação e exportação de óleo lubrificante acabado.



A TAM é registrada e domiciliada no Brasil e sua sede está na Rua Verbo Divino, 2001, 4º andar, São Paulo, SP.

1.1. Estrutura de capital da Companhia e capital circulante líquido

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresenta uma posição de passivo a descoberto no montante de R\$476.552 (R\$111.026 em 31 de dezembro de 2015 (reapresentado)) e capital circulante líquido consolidado negativo no montante de R\$3.486.796 (R\$2.460.951 negativo em 31 de dezembro de 2015 (reapresentado) e R\$1.348.427 em 31 de dezembro de 2014 (reapresentado)) e prejuízo de R\$295.397 (R\$1.455.352 em 31 de dezembro de 2015 (reapresentado)).

O capital circulante líquido e os resultados da Companhia foram fortemente impactado pelos efeitos históricos da desvalorização do Real frente ao dólar Americano ("US\$") correspondente a 22,7% nos últimos 24 meses, como também pela retração apresentada pela economia brasileira que, entre outras consequências, trouxe uma sequência de 17 meses seguidos de redução na demanda doméstica de passageiros, conforme divulgado pela ANAC⁽¹⁾. Não obstante, somente no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a retração acumulada foi 5,7%⁽¹⁾. A Administração destaca que tomou e vem tomando uma série de medidas de forma a compensar os impactos advindos deste cenário, dentre elas destaca-se:

- Ø Readequação da malha nacional com redução da oferta em 11,0% em 2016, adicionais as reduções já efetuadas em 2015 de aproximadamente 12,0%. Essas ações impactaram positivamente na taxa de ocupação das aeronaves que incrementaram em 1,4% em 2016 atingindo 83,2%, comparado a média de mercado de 80,0%⁽¹⁾.
- Ø Continuidade ao plano de redução de custos que contemplam diversas iniciativas, que em conjunto, no exercício de 2016 proporcionaram uma redução de custos da ordem de R\$77 milhões;

⁽¹⁾ Relatório de Demanda e Oferta emitido pela ANAC, disponível em: <http://www.anac.gov.br/assuntos/dados-e-estatisticas/demanda-e-oferta-do-transporte-aereo>



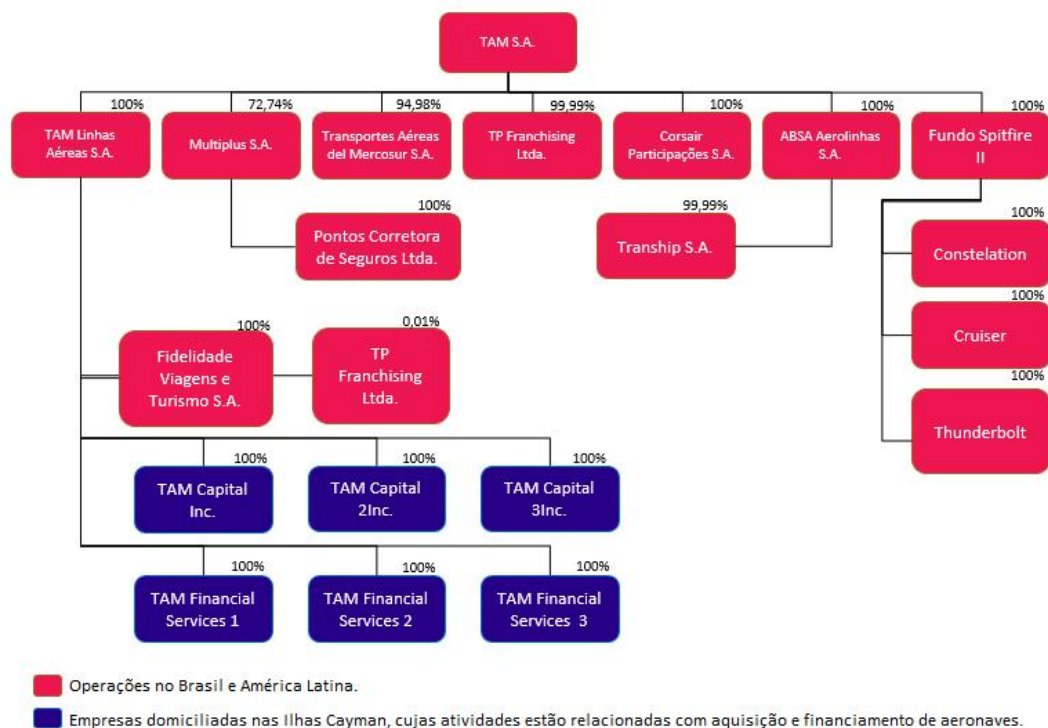
- Ø Redução da exposição cambial, por meio de gestão dos ativos e passivos do Grupo reduzindo a exposição do balanço à variação do real frente ao dólar. No exercício de 2016, a Companhia transferiu 14 aeronaves que estavam registradas sob a modalidade de arrendamento financeiro a sua controladora LATAM e as subarrendou na modalidade de arrendamento operacional. Adicionalmente, a Companhia promoveu a devolução de 4 aeronaves, reduzindo assim, significativamente a sua exposição cambial decorrente de operações de arrendamento financeiro.

A Administração avalia constantemente a habilidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos para dar continuidade a seus negócios futuros. Adicionalmente, a Companhia conta, se necessário, com o apoio financeiro de sua controladora LATAM.

2. ESTRUTURA SOCIETÁRIA

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não houve alterações na estrutura societária envolvendo a Companhia e suas subsidiárias.

A estrutura societária da Companhia e de suas controladas em 31 de dezembro de 2016 está apresentada a seguir:



Em 16 de dezembro de 2015, a controlada Multiplus S.A. ("Multiplus") anunciou a constituição de uma sociedade limitada, sob a denominação de Pontos Corretora de Seguros Ltda., com o propósito de desenvolver negócios relacionados a corretagem de seguros, especialmente, nos ramos elementares, danos, vida, capitalização, planos previdenciários e de saúde, conforme plano de negócios elaborado pela Administração. Essas operações tiveram início em junho de 2016 de acordo com a obtenção das licenças e autorizações apropriadas perante a Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP").

3. DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO E BASE DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* ("IFRIC"), introduzidos no Brasil por meio do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e de suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia estão expressas em milhares de Reais ("R\$"), bem como as divulgações de montantes em outras moedas, quando necessário, também foram efetuadas em milhares. Os itens divulgados em outras moedas estão devidamente identificados, quando aplicável.

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Contudo, a incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos e passivos em exercícios futuros.

A Administração confirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela no desenvolvimento de suas atividades de gestão dos negócios.

A Companhia revisa seus julgamentos, estimativas e premissas de forma contínua.



As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico recuperável, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- (i) aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa mensuradas pelo valor justo;
- (ii) aplicações financeiras compostas nos fundos exclusivos de investimentos classificados como disponíveis para venda, mensuradas pelo valor justo; e
- (iii) instrumentos financeiros derivativos e não derivativos mensurados pelo valor justo.

4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

4.1 Moeda funcional

As demonstrações financeiras de cada subsidiária integral incluída na consolidação, são preparadas utilizando-se a moeda do ambiente econômico principal em que elas operam. Todas as subsidiárias da Companhia, com exceção das controladas TAM Mercosur S.A. e ABSA, adotam o Real como moeda funcional, assim sendo, os critérios de conversão adotados são os seguintes:

- Ø Ativos e passivos não monetários são convertidos pela taxa histórica da transação;
- Ø Ativos e passivos monetários são convertidos pela taxa de câmbio do final do exercício;
- Ø Contas de resultado são convertidas pela taxa de câmbio obtida através da média mensal das taxas de cada mês;
- Ø As transações em moeda estrangeira são convertidas pelas taxas de câmbio vigentes na data de cada transação; e
- Ø Os efeitos acumulados de ganho ou perda na conversão são registrados diretamente no resultado do exercício.



Abaixo, é demonstrado a moeda funcional de cada investida:

Estrutura Societária	Localidade	Moeda funcional
TAM Linhas Aéreas S.A.	Brasil	Real
Fidelidade Viagens e Turismo S.A.	Brasil	Real
TAM Capital Inc	Ilhas Cayman	Real
TAM Capital 2Inc	Ilhas Cayman	Real
TAM Capital 3Inc	Ilhas Cayman	Real
TAM Financial Services 1 Limited	Ilhas Cayman	Real
TAM Financial Services 2 Limited	Ilhas Cayman	Real
TAM Financial Services 3 Limited	Ilhas Cayman	Real
Fundo Spitfire II	Brasil	Real
TP Franchising Ltda	Brasil	Real
TAM Mercosur S.A.	Paraguai	Guarani
Multiplus S.A.	Brasil	Real
Pontos Corretora de Seguros	Brasil	Real
Corsair Participações S.A.	Brasil	Real
ABSA Aerolinhas Brasileiras S.A	Brasil	Dólar

4.2 Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e das subsidiárias nas quais detenha o controle de forma direta ou indireta. Todas as transações e saldos entre a TAM e suas controladas foram eliminados na consolidação, bem como os lucros ou prejuízos não realizados decorrentes destas transações, líquidos dos efeitos tributários.

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas, consistentes com aquelas utilizadas na controladora.

4.3 Investimentos

Os investimentos da TAM em suas controladas são reconhecidos inicialmente pelo seu custo e posteriormente ajustados pelo método da equivalência patrimonial.

4.4 Caixa e equivalentes de caixa

Compreende os saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata em títulos cujos vencimentos, quando de sua aquisição, eram iguais ou inferiores a 90 dias, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras classificadas nesse grupo, por sua própria natureza, estão mensuradas a valor justo por meio do resultado.



4.5 Caixa restrito

O caixa restrito representa depósitos em garantia com a finalidade de garantir financiamentos de curto ou longo prazo, se houver, e assuntos relacionados a demandas judiciais.

4.6 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ativos financeiros mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros.

4.6.1 Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, A Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.



4.6.2 Ativos financeiros não derivativos - mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. São mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, eles são mensurados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas dentro do patrimônio líquido como ajustes de avaliação patrimonial. Quando esses ativos são desreconhecidos, os ganhos e perdas acumulados mantidos como ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado.

4.6.3 Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento



inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

4.6.4 Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de *hedge*

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e dos preços internacionais do petróleo. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso certos critérios sejam atingidos.

Derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo; quaisquer custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

Hedge de fluxos de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

O valor acumulado mantido em ajustes de avaliação patrimonial é reclassificado para o resultado no mesmo período em que o item objeto de *hedge* afeta o resultado, na hipótese de:

- (i) a ocorrência da transação prevista não seja mais esperada;
- (ii) o *hedge* deixe de atender aos critérios de contabilização de *hedge*;
e
- (iii) o instrumento de *hedge* expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, ou tenha a sua designação revogada, a contabilidade de



hedge é descontinuada prospectivamente. Se não houver mais expectativas quanto à ocorrência da transação prevista, o saldo em outros resultados abrangentes é reclassificado para resultado.

4.7 Contas a receber

As contas a receber de clientes e outros recebíveis são registradas pelo valor faturado ajustado a valor presente, quando aplicável, deduzidas das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa.

A Companhia adota procedimentos e análises para estabelecer limites de créditos e, substancialmente, não exige garantias reais de seus clientes. Em caso de inadimplência, esforços de cobrança são efetuados, incluindo contatos diretos com os clientes e cobrança através de terceiros. Caso esses esforços não sejam suficientes, medidas judiciais são consideradas, sendo registrada uma perda estimada em créditos de liquidação duvidosa em contrapartida a despesas com vendas na demonstração de resultado. Os títulos são baixados contra a provisão à medida que a Administração considera que estes não são mais recuperáveis após ter tomado todas as medidas cabíveis para recebê-los.

A Companhia adota como política para constituição de provisão para devedores duvidosos, análise de perdas históricas. Caso o cliente tenha oferecido garantia real, os valores em atraso são excluídos da base para cálculo e determinação da provisão para devedores duvidosos.

4.8 Estoques

Os estoques compreendem principalmente peças de reposição e materiais a serem utilizados nas atividades de manutenção, são demonstrados ao custo médio de aquisição, líquido das provisões para reduzir quaisquer perdas identificadas por obsolescência e/ou deterioração.

4.9 Pré-pagamento para manutenção de aeronaves e motores

Os pré-pagamentos para manutenção de motores e aeronaves compreendem depósitos realizados em contas específicas conforme estipulado nos respectivos contratos de arrendamento e tem como objetivo o financiamento de futuras manutenções requeridas pelo desgaste e uso destes ativos. Em 31 de dezembro de 2016 os pré-pagamentos para manutenção estão registrados pelo seu valor de recuperabilidade.



4.10 Impostos e contribuições sobre o lucro

No Brasil, compreende o imposto de renda ("IRPJ") e a contribuição social sobre o lucro ("CSLL"), que são calculados mensalmente com base no lucro tributável, aplicando-se a alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para o IRPJ e 9% para a CSLL e considera a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Os resultados apurados nas subsidiárias do exterior estão sujeitos à tributação dos países onde estão sediadas, de acordo com alíquotas e normas próprias. No Brasil, esses resultados sofrem os efeitos de tributação da MP 2.159-35/2001 e mais recentemente da Lei nº 12.973/14, respeitada a aplicação dos tratados assinados pelo Brasil para evitar a dupla tributação.

Impostos diferidos representam os créditos e débitos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e bases negativas de CSLL, bem como diferenças temporárias entre a base fiscal e a contábil. Os ativos e passivos de impostos e contribuições diferidos são classificados como não circulante conforme requerido pelo CPC 32 (IAS 12) - Tributos sobre o lucro. Quando os estudos internos da Companhia indicarem que a utilização futura desses créditos, não é provável, uma provisão para perda será constituída.

Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existir um direito legal exequível de compensar os passivos fiscais com os ativos fiscais, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal sob a mesma entidade tributável. Nas demonstrações financeiras consolidadas, o ativo ou passivo fiscal da Companhia pode ser compensado contra o ativo ou passivo fiscal das controladas se, e somente se, as referidas entidades tiverem o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e as mesmas pretendam fazer ou receber esse pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Portanto, para fins de apresentação, os saldos de ativo e passivo fiscal, que não atendem ao critério legal de execução, estão sendo divulgados separadamente.

Os ativos e passivos fiscais diferidos devem ser mensurados pelas alíquotas que se espera que sejam aplicáveis no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas (e legislação fiscal) que estejam em vigor na data do balanço.

4.11 Ativo imobilizado

O ativo imobilizado, incluindo os componentes de *rotables*, é apresentado pelo custo de aquisição, formação, construção e desmontagem, quando aplicável,



deduzido da depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil econômica estimada de cada ativo pelo método linear, exceto no caso de componentes técnicos que se depreciam sob a base de ciclos e horas de voo. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente. Os terrenos não sofrem depreciação.

Se o valor contábil de um ativo é superior ao seu valor recuperável estimado, seu valor se reduz imediatamente para seu valor recuperável (Nota 4.14).

Os ganhos e as perdas em alienações de ativos imobilizados são apurados comparando-se o valor da venda com o valor contábil líquido e são reconhecidos na demonstração do resultado na data de alienação.

Conforme previsto no CPC 27 (IAS 16) - Ativo Imobilizado, a Companhia ativa os custos necessários para manter suas aeronaves e motores em condições para continuar a operar, incorridos pela realização regular de inspeções e/ou manutenção importantes em busca e para evitar falhas, independentemente das peças desse item serem ou não substituídas. Quando cada inspeção importante for efetuada, o seu custo é reconhecido no valor contábil do item do ativo imobilizado como uma substituição se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Qualquer valor contábil remanescente do custo da inspeção anterior (distinta das peças físicas) é baixado. Isso ocorre independentemente do custo da inspeção anterior ter sido identificado na transação em que o item foi adquirido.

4.12 Ativos intangíveis

As despesas relacionadas à manutenção de *software* são reconhecidas como despesas quando incorridas. Os gastos incorridos com desenvolvimento de *softwares* são capitalizados como ativos intangíveis quando é provável que os benefícios econômicos futuros por ele gerados sejam superiores ao seu respectivo custo, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica. Os custos de desenvolvimento de *software* reconhecidos como ativos, são amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada. Os gastos com marcas são amortizados com base na expectativa de geração de benefício econômico futuro que esses ativos proporcionarão à Companhia.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável.



Se o valor contábil de um ativo intangível é superior ao seu valor recuperável estimado, seu valor se reduz imediatamente para seu valor recuperável (Nota 4.14).

4.13 Ativos e passivos de operações descontinuadas e mantidos para venda

São mensurados com base no menor montante entre o valor contábil e o valor justo, deduzido dos custos de venda e não são depreciados ou amortizados. Tais itens somente são classificados nesta rubrica quando a venda for altamente provável e os mesmos estiverem disponíveis para venda imediata em suas condições atuais.

4.14 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*Impairment*)

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou unidade geradora de caixa ("UGC").

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

4.15 Contas a pagar e fornecedores

São inicialmente reconhecidos pelo valor nominal e, subsequentemente acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações



monetárias e cambiais incorridos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras.

4.16 Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, formalizada ou não, em consequência de um evento passado e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor desta possa ser feita.

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. As avaliações das probabilidades de perdas destes processos incluem a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para refletir alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4.17 Arrendamento mercantil

As operações de arrendamento mercantil, cujos riscos e benefícios inerentes à propriedade são substancialmente transferidos à Companhia, são classificadas como arrendamentos financeiros. Se não houver transferência significativa dos riscos e benefícios inerentes à propriedade, as operações são classificadas como arrendamentos operacionais.

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no ativo imobilizado em contrapartida ao passivo pelo menor montante entre o valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato e o valor justo do ativo, acrescidos, quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação. Os montantes registrados no ativo imobilizado são depreciados pelo menor prazo, considerando a vida útil econômica do bem ou prazo do contrato. Os juros implícitos no passivo são apropriados ao resultado de acordo com a duração do contrato.

Quaisquer ganhos decorrentes de transações de *sale and leaseback* resultantes de arrendamentos financeiros são diferidos e reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear durante a vigência do arrendamento e os ganhos decorrentes de transações de *sale and leaseback* resultantes de arrendamentos operacionais são reconhecidos imediatamente na demonstração do resultado.

Os prejuízos decorrentes de transações de *sale and leaseback* resultantes de arrendamentos financeiros são diferidos na medida em que o bem objeto do



leaseback não seja objeto de *impairment* e são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear durante a vigência do contrato de arrendamento.

Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa ao longo do período do arrendamento. Os pagamentos dos contratos de arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear de acordo com o prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos são reconhecidos como parte integrante dos custos totais de arrendamento, ao longo da vigência do contrato de arrendamento.

4.18 Provisão para a manutenção

Conforme descrito no item 4.11, os custos incorridos nas manutenções periódicas programadas de fuselagens e motores das aeronaves são capitalizados e depreciados até a próxima manutenção. A taxa de depreciação é determinada sobre bases técnicas, de acordo à utilização da aeronave definida pelos ciclos e horas de voo.

No caso das aeronaves próprias ou sob a forma de arrendamento financeiro, estes custos de manutenção são capitalizados como imobilizado, enquanto que no caso de aeronaves sob a forma de arrendamento operacional, se reconhece um passivo incorrido em função da utilização dos principais componentes, existindo a obrigação contratual com o arrendador de devolver a aeronave em condições acordadas de níveis de manutenção. Este custo é reconhecido no custo das vendas.

As manutenções não programadas de aeronaves e motores, assim como as demais manutenções, são debitadas no resultado do exercício em que são incorridas.

4.19 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

4.20 Receita de vendas

As receitas de transporte aéreo de passageiros e cargas são reconhecidas quando os serviços de transporte são prestados. Os bilhetes de passageiros vendidos, mas não utilizados, vendas antecipadas de bilhetes, são tratadas como transporte a executar no grupo de receitas diferidas. Para bilhetes que expiram sem ser utilizados ("*breakage*"), a Companhia efetua uma estimativa com base em dados históricos e reconhece a receita dos mesmos.



A subsidiária TLA é patrocinadora do programa de premiação para passageiros frequentes, Programa Fidelidade TAM, cujos pontos são acumulados ao utilizarem os voos da TAM ou de companhias aéreas parceiras, bem como ao efetuar compras com cartões de crédito Fidelidade TAM.

O valor justo referente aos pontos concedidos é diferido na data em que o bilhete é vendido, sendo este reconhecido no resultado do exercício, quando os pontos são resgatados e os passageiros transportados.

A partir de 1º de janeiro de 2010, a subsidiária TLA, transferiu a administração do seu programa de fidelidade para a sua subsidiária Multiplus, desta forma, a partir desta data os pontos passaram a ser emitidos pela Multiplus, e vendidos para a TLA.

A subsidiária TLA também auferir receitas decorrentes de serviços auxiliares representados por taxas decorrentes de alterações de reservas de voo, excesso de bagagem, receita de sala *vip*, entre outras, essas receitas são reconhecidas no momento em que o serviço é prestado.

Em novembro de 2016, a subsidiária Multiplus, em decorrência do amadurecimento do seu negócio e do aumento do volume de informações disponíveis sobre o histórico de suas operações, efetuou uma mudança na estimativa de provisão para receita de *breakage* e seu reconhecimento no resultado.

Na metodologia anterior, a provisão para receita de *breakage* era calculada com base na taxa média histórica de *breakage*, que formava o passivo de *breakage*, o qual era levado ao resultado de forma cadenciada por meio da taxa média histórica de velocidade de resgate. A nova metodologia considera o comportamento individual de cada safra de acúmulo de pontos por segmento, realizando um cálculo da estimativa dos pontos que provavelmente serão expirados por meio de equações de regressão linear que levam em conta o comportamento de resgate e vencimento das safras de acúmulo de pontos já realizadas que tem o comportamento similar às safras vigentes.

Adicionalmente, a nova metodologia considera os resgates realizados ao longo dos meses de existência de cada safra a fim de refinar a projeção da taxa de *breakage* futura e aproximar, cada vez mais, do que de fato deve se confirmar como número de pontos expirados.

Para que a metodologia, além de mais assertiva, seja também mais precisa, considerou-se um intervalo de confiança para as regressões, contabilizando-se a estimativa no passivo de *breakage* e levou-se ao resultado considerando esse intervalo de confiança. Desta forma, permanece no passivo de *breakage* esta



diferença que é ajustada conforme aproximação da safra ao último mês, convergindo ao longo dos meses para o breakage efetivo.

O ajuste de mudança de estimativa conforme regra contábil foi tratado prospectivamente a partir da data da mudança, em acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 23. O efeito contábil no resultado do exercício de 2016 gerado pela mudança de estimativa foi de R\$4,4 milhões positivo.

Considerando um cenário futuro com o mesmo faturamento médio de 2016 e as taxas de breakage com a queda natural e esperada dado ao maior engajamento dos participantes com a rede, espera-se um impacto negativo futuro nos resultados de 2017 no valor aproximado de R\$28 milhões e em 2018 aproximadamente R\$7 milhões.

Este efeito trata-se de uma estimativa contábil e não produz impactos sobre o fluxo de caixa da Companhia, podendo não se confirmar a depender do comportamento de uma série de variáveis como o crescimento do faturamento, o aumento de participação no faturamento de segmentos com maior ou menor taxa de *breakage* e ao aumento ou redução de resgates em função de campanhas promocionais feitas pela subsidiária Multiplus e/ou de seus parceiros.

4.21 Benefícios a empregados

4.21.1 Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesa de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

4.21.2 Participação de funcionários e administradores nos resultados

Os funcionários têm direito a uma participação nos lucros com base em determinadas metas acordadas anualmente, e os administradores com base nas disposições estatutárias, propostas pelo Conselho de Administração da controladora. O montante da participação é reconhecido no resultado do exercício em que as metas são atingidas.



4.21.3 Plano de benefícios pós emprego

A Companhia oferece o benefício de plano médico aos funcionários aposentados em que a concessão do plano de saúde com contribuição fixa é de acordo com a Lei nº 9.656/98. Assim, é assegurado ao colaborador aposentado, que contribuiu com o plano de saúde em decorrência do vínculo empregatício, pelo prazo mínimo de 10 anos, o direito de manutenção como beneficiário, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozava quando da vigência do contrato de trabalho. Os principais riscos atuariais associados são: (i) sobrevida superior ao previsto nas tábuas de mortalidade, (ii) rotatividade inferior a esperada, e (iii) crescimento dos custos médicos acima do esperado.

4.21.4 Remuneração baseada em ações

A subsidiária Multiplus oferece a determinados empregados e executivos planos de remuneração com base em ações de sua emissão. O plano de remuneração baseado em ações é mensurado pelo valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da outorga. Os detalhes a respeito da determinação do valor justo desses planos estão descritos na Nota 28.

As condições de mercado e as condições de não aquisição de direito são consideradas na estimativa de valor justo de cada opção na data de outorga.

Esse custo das opções concedidas é reconhecido como despesa de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período no qual o direito às opções é adquirido de forma incondicional (período durante o qual as condições específicas de aquisição de direito devem ser atendidas).

Na data do balanço, a Multiplus revisa suas estimativas do número de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições estabelecidas, reconhecendo o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida ao patrimônio líquido, prospectivamente.

Em maio de 2014, foi aprovado um novo plano de remuneração baseada em ações, e também a sua primeira outorga, de ações restritas, para determinados executivos da Multiplus, sujeitas ao cumprimento de prazo e também ao atingimento de um índice financeiro.

Estas ações serão compradas pela Multiplus do mercado e entregue aos executivos no momento da liquidação, desta forma a Multiplus vem



reconhecendo a despesa equivalente ao plano em contrapartida a uma reserva de capital, no patrimônio líquido, que será utilizada para a futura compra destas ações.

4.22 Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Ø receita e/ou despesas de juros;
- Ø ganhos e/ou perdas líquidas de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Ø ganhos e/ou perdas líquidas de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros; e
- Ø ganhos e/ou perdas líquidas nos instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

A Companhia classifica dividendos e juros sobre capital próprio recebidos, se houver, como fluxos de caixa das atividades de investimento.

4.23 Dividendos e juros sobre capital próprio

A proposta de distribuição de juros sobre capital próprio e/ou dividendos efetuada pela Administração da Companhia, quando houver, que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante, por ser considerada uma obrigação legal prevista no estatuto social, entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, quando houver, declarada pela Administração antes do encerramento do exercício contábil a que se referem as demonstrações financeiras e ainda não aprovadas pelos acionistas, é registrada como dividendo adicional proposto, no patrimônio líquido.

4.24 Reconhecimento da receita de bilhetes-prêmio emitidos

A Companhia através de sua subsidiária Multiplus, oferece aos participantes do programa de fidelidade Multiplus pontos que dão a possibilidade de trocá-los por diversos prêmios, inclusive por bilhetes aéreos. Uma parcela significativa de pontos resgatados pelos participantes do programa de fidelidade Multiplus é trocada por bilhetes aéreos, que são comprados da TLA pela Multiplus.

A obrigação da TLA em prestar serviços aos portadores de bilhetes-prêmio (comprados pela Multiplus da TLA e concedidos aos participantes do programa



de fidelidade Multiplus) cessa apenas quando os serviços de transporte aéreo são fornecidos.

A luz do CPC 30 (IAS 18) - Receita, para fins de registro contábil dos "Programas de Fidelidade" considera-se que o valor justo da contraprestação recebida ou a receber em relação à transação é alocada entre os créditos de prêmio (pontos) e os outros componentes da venda e as receitas atribuídas aos créditos de prêmio será reconhecida apenas quando os créditos de prêmio forem resgatados e a Companhia cumprir suas obrigações de fornecer os prêmios. Considerando que, em bases consolidadas, o prêmio representado por bilhetes aéreos consiste na prestação de serviços de transporte aéreo, a receita alocada aos bilhetes-prêmio deve ser reconhecida apenas quando a TLA fornecer o transporte. A receita de créditos de prêmio para os quais um bilhete-prêmio tenha sido emitido, mas ainda não utilizado, não deve ser reconhecida na demonstração do resultado.

4.25 Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para Reais (moeda funcional da Companhia) utilizando-se as taxas de câmbio nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço em moeda estrangeira são convertidos pelas taxas de câmbio em vigor na data de encerramento das demonstrações financeiras e os ganhos ou perdas de variação cambial são reconhecidos no resultado financeiro.

As taxas de câmbio em Reais em vigor na data dos balanços foram as seguintes:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>01/01/2015</u>
Taxa final			
Dólar americano (US\$)	3,2591	3,9048	2,6562
Euro (€)	3,4384	4,2504	3,2270
Taxa média anual			
Dólar americano (US\$)	3,4833	3,3387	2,3547
Euro (€)	3,8543	3,7000	3,1206

4.26 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis

Conforme divulgado na nota 3, destas demonstrações financeiras a Administração faz uso de estimativas, adota premissas e exerce julgamentos que têm efeito significativo sobre os valores reconhecidos nestas demonstrações financeiras, a saber:

- Ø valor justo de instrumentos financeiros (Nota 6.7);



- Ø análise anual do valor recuperável de ativos não financeiros (Notas 18 e 19);
- Ø perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (Nota 10.1);
- Ø análise anual do valor recuperável de impostos (Nota 15.4);
- Ø vida útil dos bens do ativo imobilizado e intangíveis com vida útil definida (Notas 18 e 19);
- Ø provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (Nota 24);
- Ø provisão para manutenção (Nota 25); e
- Ø provisão para ajuste a valor realizável dos estoques (Nota 11.1).

5. REAPRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS APRESENTADAS NO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E APRESENTAÇÃO DO BALANÇO DE ABERTURA LEVANTADO EM 1º DE JANEIRO DE 2015

As demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, originalmente emitidas em 29 de abril de 2016 e 30 de março de 2015, respectivamente, estão sendo reapresentadas, em conformidade com o CPC 23 (IAS8) - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, em decorrência da identificação por parte da Administração dos ajustes abaixo apresentados, totalizando um impacto no patrimônio líquido de R\$236.012 em 31 de dezembro de 2015 e R\$31.105 em 31 de dezembro de 2014.



5.1 Reapresentação dos saldos do balanço patrimonial da controladora para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e apresentação do balanço de abertura levantado em 1° de Janeiro de 2015

ATIVO	Controladora					
	31/12/2015			Em 1° de janeiro de 2015		
	Publicado	Ajustes	Reapresentado*	Original	Ajustes	Valor ajustado
ATIVO CIRCULANTE						
Caixa e equivalentes de caixa	3.338	-	3.338	1.236	-	1.236
Aplicações financeiras	1.642	-	1.642	4.072	-	4.072
Contas a receber	4.013	-	4.013	-	-	-
Tributos a recuperar	28.192	-	28.192	35.443	-	35.443
Demais contas a receber	15.436	-	15.436	4.212	-	4.212
Total do ativo circulante	<u>52.621</u>	<u>-</u>	<u>52.621</u>	<u>44.963</u>	<u>-</u>	<u>44.963</u>
ATIVO NÃO CIRCULANTE						
Imposto de renda e contribuição social diferidos	61.490	-	61.490	43.748	-	43.748
Depósitos judiciais	2.849	-	2.849	2.095	-	2.095
Pré-pagamentos de manutenções	-	-	-	-	-	-
Demais contas a receber	201	-	201	15.772	-	15.772
	<u>64.540</u>	<u>-</u>	<u>64.540</u>	<u>61.615</u>	<u>-</u>	<u>61.615</u>
Investimentos	425.082	-	425.082	1.147.867	-	1.147.867
Imobilizado	76	-	76	90	-	90
Intangível	124.927	-	124.927	163.189	-	163.189
Total do ativo não circulante	<u>614.625</u>	<u>-</u>	<u>614.625</u>	<u>1.372.761</u>	<u>-</u>	<u>1.372.761</u>
TOTAL DO ATIVO	<u>667.246</u>	<u>-</u>	<u>667.246</u>	<u>1.417.724</u>	<u>-</u>	<u>1.417.724</u>
PASSIVO						
PASSIVO	Controladora					
	31/12/2015			Em 1° de janeiro de 2015		
	Publicado	Ajustes	Reapresentado*	Original	Ajustes	Valor ajustado
PASSIVO CIRCULANTE						
Fornecedores	99.111	-	99.111	740	-	740
Salários e encargos sociais	2.521	-	2.521	929	-	929
Impostos a recolher	3.271	-	3.271	16.919	-	16.919
Demais contas a pagar	329	-	329	1.174	-	1.174
Total do passivo circulante	<u>105.232</u>	<u>-</u>	<u>105.232</u>	<u>19.762</u>	<u>-</u>	<u>19.762</u>
PASSIVO NÃO CIRCULANTE						
Provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	287	-	287	287	-	287
Provisão para perdas com investimentos	435.883	236.012 (a)	671.895	-	31.105 (a)	31.105
Empréstimos a pagar – Mútuos	-	-	-	94.617	-	94.617
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	858	-	858	-	-	-
Demais contas a pagar	-	-	-	2.978	-	2.978
Total do passivo não circulante	<u>437.028</u>	<u>236.012</u>	<u>673.040</u>	<u>97.882</u>	<u>31.105</u>	<u>128.987</u>
TOTAL DO PASSIVO	<u>542.260</u>	<u>236.012</u>	<u>778.272</u>	<u>117.644</u>	<u>31.105</u>	<u>148.749</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Capital social	5.035.926	-	5.035.926	5.035.926	-	5.035.926
Reservas de capital	142.351	-	142.351	148.538	-	148.538
Prejuízos acumulados	(5.684.697)	(236.012) (a)	(5.920.709)	(4.434.252)	(31.105) (a)	(4.465.357)
Ajuste de avaliação patrimonial	631.406	-	631.406	549.868	-	549.868
Total do patrimônio líquido	<u>124.986</u>	<u>(236.012)</u>	<u>(111.026)</u>	<u>1.300.080</u>	<u>(31.105)</u>	<u>1.268.975</u>
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>667.246</u>	<u>-</u>	<u>667.246</u>	<u>1.417.724</u>	<u>-</u>	<u>1.417.724</u>

(a) Os valores de R\$236.012, em 31 de dezembro de 2015, e R\$31.105 em 1° de janeiro de 2015 referem-se a ajustes na subsidiária TLA e Fidelidade Viagens e Turismo ("LATAM Travel"), tais ajustes estão detalhados na nota 5.2.



5.2 Reapresentação dos saldos do balanço patrimonial consolidado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e apresentação do balanço de abertura levantado em 1º de Janeiro de 2015

ATIVO	Consolidado					
	31/12/2015			Em 1º de janeiro de 2015		
	Publicado	Ajustes	Reapresentado*	Original	Ajustes	Valor ajustado
ATIVO CIRCULANTE						
Caixa e equivalentes de caixa	816.121	-	816.121	359.991	-	359.991
Aplicações financeiras	1.908.927	-	1.908.927	1.337.487	-	1.337.487
Contas a receber	3.925.966	(104.823) (a)	3.821.143	3.634.715	(30.559) (a)	3.604.156
Estoques	440.477	(45.143) (b)	395.334	429.384	-	429.384
Tributos a recuperar	630.021	(4.626) (c)	625.395	476.491	-	476.491
Pré-pagamentos de manutenções	202.169	-	202.169	75.598	-	75.598
Demais contas a receber	349.470	-	349.470	173.432	-	173.432
Total do ativo circulante	8.273.151	(154.592)	8.118.559	6.487.098	(30.559)	6.456.539
ATIVO NÃO CIRCULANTE						
Empréstimo a receber – Mútuos	3.082.167	-	3.082.167	3.010.767	-	3.010.767
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.282.441	-	1.282.441	675.721	-	675.721
Depósitos judiciais	530.779	-	530.779	505.732	-	505.732
Pré-pagamentos de manutenções	188.590	-	188.590	185.137	-	185.137
Demais contas a receber	88.604	-	88.604	115.948	-	115.948
	5.172.581	-	5.172.581	4.493.305	-	4.493.305
Imobilizado	3.698.187	-	3.698.187	3.963.990	-	3.963.990
Intangível	563.955	-	563.955	600.007	-	600.007
Total do ativo não circulante	9.434.723	-	9.434.723	9.057.302	-	9.057.302
TOTAL DO ATIVO	17.707.874	(154.592)	17.553.282	15.544.400	(30.559)	15.513.841

PASSIVO	Consolidado					
	31/12/2015			Em 1º de janeiro de 2015		
	Publicado	Ajustes	Reapresentado*	Original	Ajustes	Valor ajustado
PASSIVO CIRCULANTE						
Empréstimos e financiamentos	22.550	-	22.550	167.125	-	167.125
Arrendamentos financeiros	476.136	-	476.136	413.736	-	413.736
Fornecedores	4.890.099	546 (d)	4.890.645	2.581.162	546 (d)	2.581.708
Salários e encargos sociais	650.379	-	650.379	495.346	-	495.346
Receitas diferidas	3.452.263	202.918 (e)	3.655.181	3.368.220	-	3.368.220
Impostos a recolher	144.856	-	144.856	133.206	-	133.206
Provisão para manutenção	685.373	14.408 (f)	699.781	527.867	-	527.867
Demais contas a pagar	242.900	(202.918) (e)	39.982	117.758	-	117.758
Total do passivo circulante	10.564.556	14.954	10.579.510	7.804.420	546	7.804.966
PASSIVO NÃO CIRCULANTE						
Empréstimos e financiamentos	3.111.160	-	3.111.160	2.902.352	-	2.902.352
Arrendamentos financeiros	2.015.031	-	2.015.031	1.724.598	-	1.724.598
Provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	765.482	-	765.482	748.070	-	748.070
Provisão para perdas com investimentos	-	-	-	2.163	-	2.163
Provisão para manutenção	906.520	66.466 (f)	972.986	818.362	-	818.362
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	858	-	858	-	-	-
Demais contas a pagar	144.029	-	144.029	181.921	-	181.921
Total do passivo não circulante	6.943.080	66.466	7.009.546	6.377.466	-	6.377.466
TOTAL DO PASSIVO	17.507.636	81.420	17.589.056	14.181.886	546	14.182.432
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Capital social	5.035.926	-	5.035.926	5.035.926	-	5.035.926
Reservas de capital	142.351	-	142.351	148.538	-	148.538
Prejuízos acumulados	(5.684.697)	(236.012) (g)	(5.920.709)	(4.434.252)	(31.105) (g)	(4.465.357)
Ajuste de avaliação patrimonial	631.406	-	631.406	549.868	-	549.868
Total do patrimônio líquido	124.986	(236.012)	(111.026)	1.300.080	(31.105)	1.268.975
Participação dos acionistas não controladores	75.252	-	75.252	62.434	-	62.434
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17.707.874	(154.592)	17.553.282	15.544.400	(30.559)	15.513.841

(a) Os valores de R\$104.823, em 31 de dezembro de 2015, e R\$30.559, em 1º de janeiro de 2015, estão relacionados a erros identificados nas conciliações contábeis do contas a receber, quando os valores recebidos de clientes



foram indevidamente contabilizados à crédito no resultado ao invés de crédito nas contas contábeis dessa rubrica. O erro foi identificado por meio da análise do *aging* do contas a receber desses clientes; e

- (b) O ajuste de R\$45.143 refere-se a valores contabilizados manualmente diretamente na conta de estoques sem atribuição, por meio do livro *kardex*, aos produtos. As diferenças foram identificadas nas conciliações contábeis e, posteriormente, identificado que tais valores não estavam sendo consumidos, de forma a ajustar os saldos contábeis, a Administração efetuou a correção; e
- (c) O ajuste de R\$4.626 reflete a parcela de impostos pagos na aquisição de materiais de estoque que assim como descrito acima no item (d) não foram atribuídos aos produtos por meio do livro *kardex*. O valor ajustado reflete o montante de impostos que deveriam compor o custo dos produtos já consumidos pela TLA até 31 de dezembro de 2015; e
- (d) O valor de R\$546 está relacionado a erros identificados na execução das conciliações bancárias e de fornecedores, quando os valores pagos a fornecedores foram indevidamente debitados diretamente ao resultado ao invés de debitado a conta de fornecedores; e
- (e) O valor de R\$202.918 está relacionado à reclassificação do saldo de receita diferida registrada na subsidiária Multiplus que estava alocado em demais contas a pagar nas Demonstrações Financeiras apresentadas em 31 de dezembro de 2015; e
- (f) Os valores de R\$14.408 e R\$66.465 referem-se a ausência de atualização de obrigações relacionadas a contratos de manutenção determinados em moedas estrangeiras ("US\$"); e
- (g) Os valores referem-se ao impacto total dos ajustes (a) até (f) apresentados acima, destaca-se que o valor não contempla efeitos de impostos diferidos, ver nota 15.



5.3 Reapresentação dos saldos das demonstrações de resultados para o período findo em 31 de dezembro de 2015

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2015			31/12/2015		
	Publicado	Ajuste	Reapresentado*	Publicado	Ajuste	Reapresentado*
Receita operacional líquida	-	-	-	15.604.765	-	15.604.765
Custo dos serviços prestados	-	-	-	(13.337.250)	(49.769) (b)	(13.387.019)
Lucro operacional bruto	-	-	-	2.267.515	(49.769)	2.217.746
Despesas com vendas	(555)	-	(555)	(1.621.826)	(36.127) (c)	(1.657.953)
Despesas gerais e administrativas	(4.526)	-	(4.526)	(815.887)	(38.138) (c)	(854.025)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	-	-	-	123.816	-	123.816
Lucro (prejuízo) operacional	(5.081)	-	(5.081)	(46.382)	(124.034)	(170.416)
Receitas financeiras	5.571	-	5.571	460.065	-	460.065
Despesas financeiras	(2.052)	-	(2.052)	(654.201)	-	(654.201)
Variação cambial líquida	(42)	-	(42)	(1.213.891)	(80.873) (d)	(1.294.764)
Resultado de equivalência patrimonial	(1.238.110)	(204.907) (a)	(1.443.017)	-	-	-
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(1.239.714)	(204.907)	(1.444.621)	(1.454.409)	(204.907)	(1.659.316)
Imposto de renda e contribuição social:						
Corrente	(2.851)	-	(2.851)	(243.597)	-	(243.597)
Diferido	(7.880)	-	(7.880)	579.740	-	579.740
Prejuízo do exercício	(1.250.445)	(204.907)	(1.455.352)	(1.118.266)	(204.907)	(1.323.173)
Atribuído aos						
Acionistas da TAM S.A.				(1.250.445)	(204.907)	(1.455.352)
Acionistas não controladores				132.179	-	132.179
				(1.118.266)	(204.907)	(1.323.173)

(a) O valor de R\$204.907, em 31 de dezembro de 2015 refere-se aos ajustes (a) a (f), no item 5.2 destas demonstrações financeiras; e

(b) O valor de R\$49.769 refere-se a somatória dos ajustes (b) e (c), no item 5.2 dessas demonstrações financeiras; e

(c) Os valores de R\$36.127 e R\$38.138 referem-se ao efeito no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 do erro descrito em (a) no item 5.2, reduzido pelo montante apresentado em 1º de janeiro de 2015 desse mesmo item dessas demonstrações financeiras; e

(d) O valor de R\$80.873 refere-se ao ajuste (e) apresentado no item 5.2 dessas demonstrações financeiras.

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros. O programa de gestão de risco é feito de forma centralizada pela Vice-Presidência de Finanças da controladora LATAM com o objetivo de minimizar os efeitos adversos dos riscos financeiros que afetam a Companhia.



6.1 Administração do risco de liquidez

Conforme divulgado na nota 1, item 1.1, Administração vem tomando uma série de medidas de forma a compensar os impactos advindos da exposição cambial que alavancam o seu risco de liquidez.

A tabela abaixo resume as obrigações contratuais e compromissos financeiros significativos que podem impactar a liquidez da Companhia em 31 de dezembro de 2016, exceto operações de mútuo com a controladora LATAM e suas subsidiárias:

	Controladora					
	31/12/2016					
	Menos de 1	Entre 1 e 2	Entre 2 e	Mais de 5	Total fluxo	Valor
	ano	anos	5 anos	anos	de caixa	Contábil
	ano	anos	5 anos	anos	contratual	Contábil
Passivos financeiros não derivativos						
Fornecedores	95.415	-	-	-	95.415	95.415
	Consolidado					
	31/12/2016					
	Menos de 1	Entre 1 e 2	Entre 2 e	Mais de 5	Total fluxo	Valor
	ano	anos	5 anos	anos	de caixa	Contábil
	ano	anos	5 anos	anos	contratual	Contábil
Passivos financeiros não derivativos						
Arrendamentos financeiros	274.394	223.724	969.931	136.517	1.604.566	1.483.624
Empréstimos e financiamentos	1.885.562	136.475	1.970.737	-	3.992.774	3.272.113
Fornecedores	4.966.313	-	-	-	4.966.313	4.966.313
Outros passivos financeiros	41.820	-	-	-	41.820	41.820

6.2 Administração do risco de crédito

A Companhia está sujeita ao risco de crédito relacionado com o contas a receber de clientes e aplicações financeiras, conforme abaixo:

- Ø O risco de crédito relacionado com o contas a receber de clientes é gerenciado ativamente pela Administração. Ainda destaca-se a pulverização da carteira de clientes, incluindo agências de viagens, e concessão de crédito a clientes com bons índices financeiros e operacionais; e
- Ø O risco de crédito de aplicações financeiras está limitado às contrapartes conforme concentração do portfólio da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia mantinha saldos de depósitos à vista, aplicações financeiras e contas a receber com instituições financeiras consideradas como de primeira linha, entre elas: Bradesco, Citibank, Banco do Brasil, Alfa, Santander, Caixa Econômica Federal, Itaú Unibanco e Safra.



6.3 Administração de risco de taxa de juros

A Companhia apresenta a seguir o quadro de análise de sensibilidade às variações das taxas de juros, considerando as projeções macroeconômicas divulgadas pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos ("CETIP") em 31 de dezembro de 2016, o qual indicava as seguintes taxas como cenário provável:

Índice	Taxa estimada como cenário provável
Certificado de Depósito Interbancário - "CDI"	13,99% a.a.
LIBOR - London Interbank Offered Rate	1,70% a.a.
SELIC	13,65% a.a.

Controladora 31/12/2016						
Instrumentos	Valor Contábil	Encargos Financeiros	Taxa	Cenário I provável	Cenário II variação da taxa em 25%	Cenário III variação da taxa em 50%
Caixa e equivalentes de caixa	36.343	CDI	13,99%	41.427	48.672	50.121
Aplicações financeiras	57.446	CDI	13,99%	65.483	76.934	79.224
Depósitos judiciais	172	SELIC	13,65%	196	230	237
Empréstimos a pagar – Mútuos	(2.978)	Libor	1,70%	(3.395)	(3.988)	(4.107)
Impacto sobre as receitas/despesas financeiras líquidas e patrimônio líquido				12.729	30.865	34.492

Consolidado 31/12/2016						
Instrumentos	Valor Contábil	Encargos Financeiros	Taxa	Cenário I provável	Cenário II variação da taxa em 25%	Cenário III variação da taxa em 50%
Caixa e equivalentes de caixa	201.982	CDI	13,99%	230.239	270.502	278.555
Aplicações financeiras	1.749.204	CDI	13,99%	1.993.918	2.342.604	2.412.341
Caixa restrito	464.247	CDI	13,99%	472.139	482.172	484.179
Empréstimo a receber – Mútuos	2.493.832	Libor	1,70%	2.536.227	2.590.122	2.600.901
Depósitos judiciais	627.101	SELIC	13,65%	637.762	651.314	654.025
Empréstimos e financiamentos	(3.272.113)	Libor	1,70%	(3.327.739)	(3.398.453)	(3.412.596)
Swap de taxa de juros	(41.820)	CDI	13,99%	(42.531)	(43.435)	(43.615)
Empréstimos a pagar – Mútuos	(7.703)	Libor	1,70%	(7.834)	(8.000)	(8.034)
Impacto sobre as receitas/despesas financeiras líquidas e patrimônio líquido				277.451	672.096	751.025



6.4 Administração de riscos cambiais

Os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira estão demonstrados a seguir:

	Consolidado		
	Reapresentado*		
	31/12/2016	31/12/2015	01/01/2015
Ativos denominados em US\$			
Caixa e equivalente de caixa	334.817	394.269	276.705
Contas a receber - partes relacionadas	2.432.402	2.942.768	1.701.600
Contas a receber	1.329.103	383.329	344.112
Pré-pagamentos de manutenções	151.020	390.759	260.735
<i>Non Deliverable Forward</i> - NDF	43.485	-	-
Mútuos a receber	2.493.832	3.082.167	3.010.767
Passivos denominados em US\$			
Empréstimos e financiamentos	(3.272.113)	(3.133.710)	(3.069.477)
Arrendamentos financeiros	(1.483.624)	(2.491.167)	(2.138.334)
Partes relacionadas	(3.307.360)	(3.228.256)	(1.357.117)
Provisão para manutenção	(1.155.524)	(1.672.767)	(1.346.229)
Exposição cambial, líquida	(2.433.962)	(3.332.608)	(2.317.238)
Exposição cambial, líquida em US\$	(746.820)	(853.464)	(593.433)

Considerando as projeções macroeconômicas e oscilação cambial, a Administração elaborou o quadro de sensibilidade as variações do câmbio em relação a paridade de US\$ para R\$, conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado				
	3,2591	2,4443	1,6296	4,0739	4,8887
Paridade - R\$ x US\$	Cenário	Cenário I	Cenário II	Cenário I	Cenário II
Operação/Instrumento	Atual	Apreciação 25%	Apreciação 50%	Depreciação 25%	Depreciação 50%
Ativos denominados em US\$					
Caixa e equivalente de caixa	334.817	251.113	167.409	418.521	502.226
Contas a receber - partes relacionadas	2.432.402	1.824.302	1.216.201	3.040.503	3.648.603
Contas a receber	1.329.103	996.827	664.552	1.661.379	1.993.655
Pré-pagamentos de manutenções	151.020	113.265	75.510	188.775	226.530
<i>Non Deliverable Forward</i> - NDF	43.485	32.614	21.743	54.356	65.228
Mútuos a receber	2.493.832	1.870.374	1.246.916	3.117.290	3.740.748
Passivos denominados em US\$					
Empréstimos e financiamentos	(3.272.113)	(2.454.085)	(1.636.057)	(4.090.141)	(4.908.170)
Arrendamentos financeiros	(1.483.624)	(1.112.718)	(741.812)	(1.854.530)	(2.225.436)
Partes relacionadas	(3.307.360)	(2.480.520)	(1.653.680)	(4.134.200)	(4.961.040)
Provisão para manutenção	(1.155.524)	(866.643)	(577.762)	(1.444.405)	(1.733.286)
Exposição cambial, líquida	(2.433.962)	(1.825.471)	(1.216.981)	(3.042.452)	(3.650.943)
Impacto sobre o resultado e patrimônio líquido		1.216.981	2.433.962	(1.216.981)	(2.433.962)



6.5 Administração de riscos relacionados a variação no preço do combustível

Um dos componentes mais importantes dos custos de operação da Companhia é o preço do combustível de aviação, que por sua vez, está intrinsecamente relacionado ao preço do barril de petróleo no mercado internacional.

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança no preço do combustível de aviação no resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Foi adotado como cenário provável o preço médio por barril de petróleo bruto divulgado pela *U.S. Energy Administration and Information* de US\$43,33 (quarenta e três dólares e trinta e três centavos) em 31 de dezembro de 2016 e projetado o impacto no resultado, resultante de um incremento de 25% e 50% no preço, sendo:

Cenário	Consolidado	
	31/12/2016	
	Impacto no resultado e patrimônio líquido	
Incremento de 25%	569.521	
Incremento de 50%	1.139.041	
Redução de 25%	(569.521)	
Redução de 50%	(1.139.041)	

6.6 Instrumentos financeiros por categoria

	Controladora			Consolidado		
	Reapresentado*			Reapresentado*		
	31/12/2016	31/12/2015	01/01/2015	31/12/2016	31/12/2015	01/01/2015
Empréstimos e recebíveis						
Aplicações financeiras	-	17	-	-	421.997	161.134
Caixa restrito	-	-	-	464.247	13.755	10.260
Contas a receber	4.050	4.013	-	4.281.678	3.821.143	3.604.156
Pré-pagamentos de manutenções	-	-	-	151.020	390.759	260.735
Mútuos a receber	-	-	-	2.493.832	3.082.167	3.010.767
Depósitos judiciais	172	2.849	2.095	627.101	530.779	505.732
Demais contas a receber	15.251	15.637	19.984	185.489	438.074	289.380
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	(3.272.113)	(3.133.710)	(3.069.477)
Arrendamentos financeiros	-	-	-	(1.483.624)	(2.491.167)	(2.138.334)
Fornecedores	(95.415)	(99.111)	(740)	(4.966.313)	(4.890.645)	(2.581.708)
Empréstimos a pagar - Mútuos	(2.978)	-	(94.617)	(7.703)	-	-
Demais contas a pagar	-	(329)	(4.152)	(193.653)	(386.929)	(299.679)
Mensurados ao valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa	36.343	3.338	1.111	234.641	816.121	359.991
Aplicações financeiras	57.446	1.625	4.072	1.749.204	1.486.930	1.176.353
<i>Non Deliverable Forward</i> - NDF	-	-	-	43.485	-	-
<i>Swap</i> de combustível	-	-	-	17.483	-	-
<i>Swap</i> de taxa de juros	-	-	-	41.820	-	-



6.7 Determinação do valor justo de instrumentos financeiros

A Companhia deve classificar seus instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo, seguindo a seguinte hierarquia de técnicas de avaliação:

- Ø Nível 1 - preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Ø Nível 2 - informações diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e
- Ø Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. Este item não é aplicável à Companhia em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

A tabela abaixo demonstra os instrumentos financeiros da Companhia mensurados pelo valor justo:

	Controladora								
	31/12/2016			Reapresentado* 31/12/2015			Reapresentado* 01/01/2015		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos									
Caixa e equivalentes de caixa	36.343	-	36.343	1.145	-	1.145	1.111	-	1.111
Aplicações financeiras	57.446	-	57.446	428	1.214	1.642	2.388	1.684	4.072
	93.789	-	93.789	1.573	1.214	2.787	3.499	1.684	5.183
	31/12/2016			Reapresentado* 31/12/2015			Reapresentado* 01/01/2015		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos									
234.641	-	234.641	202.510	-	202.510	71.756	-	71.756	
Aplicações financeiras	1.749.204	-	1.749.204	153.150	1.640.790	1.793.940	-	1.133.251	1.133.251
Non Deliverable Forward - NDF	-	43.485	43.485	-	-	-	-	-	-
Swap de combustível	-	17.483	17.483	-	-	-	-	-	-
Outros depósitos	-	-	-	-	114.987	114.987	94.495	109.741	204.236
	1.983.845	60.968	2.044.813	355.660	1.755.777	2.111.437	166.251	1.242.992	1.409.243
Passivos									
Contrato de swap - taxa de juros	-	41.820	41.820	-	-	-	-	-	-
	-	41.820	41.820	-	-	-	-	-	-



6.8 Comparação entre valor contábil e valor justo dos instrumentos financeiros

	Valor contábil			Consolidado		
	31/12/2016	Reapresentado*		31/12/2016	Reapresentado*	
		31/12/2015	01/01/2015		31/12/2015	01/01/2015
Empréstimos e financiamentos	3.272.113	3.133.710	3.069.477	3.992.774	4.152.755	3.186.329
Arrendamentos financeiros	1.483.624	2.491.167	2.138.334	1.604.566	2.712.879	2.128.200
	4.755.737	5.624.877	5.207.811	5.597.340	6.865.634	5.314.529

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2016	Reapresentado*		31/12/2016	Reapresentado*	
		31/12/2015	01/01/2015		31/12/2015	01/01/2015
Caixa e Bancos						
Dólar norte-americano	-	-	-	223.981	280.866	139.087
Reais	60	2.176	125	105.955	230.256	11.530
Euro	-	-	-	4.099	17.784	80
Outras Moedas	-	-	-	74.078	41.691	137.538
	60	2.176	125	408.113	570.597	288.235
Equilaventes de caixa						
Em Reais						
Fundo de Investimento	36.343	1.162	1.111	181.584	183.455	71.756
Certificado de depósito bancário	-	-	-	20.398	2.475	-
Overnight	-	-	-	-	5.666	-
	36.343	1.162	1.111	201.982	191.596	71.756
Em Dólar norte-americano						
Depósito a prazo	-	-	-	32.659	39.924	-
Overnight	-	-	-	-	4.695	-
Outras moedas						
Depósito a prazo	-	-	-	-	9.309	-
	-	-	-	32.659	53.928	-
	36.403	3.338	1.236	642.754	816.121	359.991

A redução no saldo de caixa e equivalentes de caixa, observada em 31 de dezembro de 2016 em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, reflete uma menor operacionalização de desconto de recebíveis de cartões de crédito sem direito de regresso, promovida pela subsidiária TLA.

As aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa possuem liquidez imediata e segundo a análise da Companhia, podem ser convertidas para um valor conhecido de caixa a um risco baixo de mudança de valor.

As aplicações são remuneradas à taxa média ponderada de 94,73% da taxa do CDI.



8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora			Consolidado		
	Reapresentado*			Reapresentado*		
	31/12/2016	31/12/2015	01/01/2015	31/12/2016	31/12/2015	01/01/2015
Certificado de depósitos bancário	-	17	-	-	421.997	161.134
Fundo exclusivo	57.446	1.625	4.072	1.749.204	1.371.943	972.117
Fundo de investimento	-	-	-	-	114.987	204.236
	57.446	1.642	4.072	1.749.204	1.908.927	1.337.487

Em 31 de dezembro de 2016, os títulos privados do fundo exclusivo são compostos substancialmente por títulos públicos, letras financeiras de bancos de primeira linha e debêntures, remunerados à taxa média ponderada 98,57% da taxa do CDI, não há carências para efetuar o resgate das cotas.

9. CAIXA RESTRITO

	Consolidado		
	Reapresentado*		
	31/12/2016	31/12/2015	01/01/2015
Garantia de empréstimo ⁽¹⁾	244.466	-	-
Garantia de carta fiança ⁽²⁾	178.343	-	-
Garantias aeroportuárias	16.598	-	-
Outros	24.840	16.212	40.388
	464.247	16.212	40.388
Circulante	431.252	13.755	10.260
Não circulante	32.995	2.458	30.128

(1) Conforme divulgado na nota 20 a Companhia concedeu em garantia de empréstimo de capital de giro, aplicações financeiras, em certificado de depósito bancário remunerado a 100% do CDI;

(2) Em 25 de novembro de 2016 a garantia em questão foi concedida atrelada a emissão de carta-fiança para que a Companhia pudesse obter a Certidão Negativa de Débitos devido a pendências financeiras junto ao Governo Federal em decorrência do auto de infração referente a glosa de deduções para fins de apuração de CSLL, vide nota 24.



10. CONTAS A RECEBER

	Controladora			Consolidado		
	Reapresentado*			Reapresentado*		
	31/12/2016	31/12/2015	01/01/2015	31/12/2016	31/12/2015	01/01/2015
Cartões de crédito	-	-	-	1.206.794	143.880	1.130.763
Cartões de débito	-	-	-	5.910	2.562	44.657
Crédito direto	-	-	-	553.568	724.676	563.302
Documentos por cobrar	-	-	-	253.624	167.105	282.704
Partes relacionadas	4.050	4.013	-	2.432.402	2.942.768	1.701.600
	4.050	4.013	-	4.452.298	3.980.991	3.723.026
Provisão para devedores duvidosos	-	-	-	(170.620)	(159.848)	(118.870)
	4.050	4.013	-	4.281.678	3.821.143	3.604.156

O aumento no saldo de cartões de crédito observado em 31 de dezembro de 2016 em relação aos períodos anteriores apresentados, reflete uma menor operacionalização do desconto de recebíveis de cartões de crédito sem direito de regresso, promovida pela subsidiária TLA.

A variação no saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa está representada basicamente por aumento na inadimplência.

10.1. Movimentação da provisão para devedores duvidosos

	Consolidado		
	31/12/2016	31/12/2015	01/01/2015
Saldo no início do exercício	(159.848)	(118.870)	(110.039)
Constituição de provisão	(82.781)	(58.117)	(18.757)
Recuperação de crédito provisionado	72.009	17.139	9.926
Saldo no final do exercício	(170.620)	(159.848)	(118.870)

A constituição da provisão e a recuperação de créditos provisionados foram incluídas em “despesas com vendas” na demonstração do resultado. A exposição máxima ao risco de crédito na data de relatório é o valor contábil de cada tipo de recebível mencionado acima.

O valor da provisão para devedores duvidosos foi determinado conforme política divulgada na nota 4.7.

10.2. Composição do saldo por vencimento

	Controladora			Consolidado		
	Reapresentado*			Reapresentado*		
	31/12/2016	31/12/2015	01/01/2015	31/12/2016	31/12/2015	01/01/2015
A vencer	4.050	4.013	-	4.243.716	3.748.801	3.396.286
Vencidos:						
até 60 dias	-	-	-	7.554	31.932	125.319
de 61 a 90 dias	-	-	-	3.305	29.618	26.163
de 91 a 180 dias	-	-	-	18.681	19.020	22.511
de 181 a 360 dias	-	-	-	61.933	18.140	26.943
acima de 360 dias	-	-	-	117.109	133.480	125.804
	4.050	4.013	-	4.452.298	3.980.991	3.723.026



A Administração avaliou que a o saldo da provisão para perdas reflete a melhor estimativa, com base nas informações disponíveis em 31 de dezembro de 2016.

11. ESTOQUES

	Consolidado		
	Reapresentado*		
	31/12/2016	31/12/2015	01/01/2015
Peças e materiais para manutenção e reparos	365.741	381.571	345.022
Outros estoques ⁽¹⁾	47.025	58.066	105.509
	412.766	439.637	450.531
Provisão para perdas de estoques	(77.245)	(44.303)	(21.147)
	335.521	395.334	429.384

⁽¹⁾ Outros estoques incluem uniformes, material de papelaria, itens de alimentação e outros estoques.

Determinados itens considerados obsoletos, ou de baixa rotatividade, foram objeto de constituição de provisões para o ajuste ao valor de realização, conforme demonstrado abaixo:

11.1. Movimentação das provisões para perdas de estoque

	Consolidado		
	Reapresentado*		
	31/12/2016	31/12/2015	01/01/2015
Saldo no início do exercício	44.303	21.147	106.621
Reversão da provisão	-	(9.149)	(96.127)
Constituição de provisão	32.942	32.305	10.653
Saldo no final do exercício	77.245	44.303	21.147

12. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora			Consolidado		
	Reapresentado*			Reapresentado*		
	31/12/2016	31/12/2015	01/01/2015	31/12/2016	31/12/2015	01/01/2015
ICMS	-	-	-	116.490	147.918	122.091
PIS e COFINS	-	7	-	70.745	302.736	149.190
IRPJ e CSLL	21.070	25.592	32.850	18.504	107.360	128.284
Impostos a recuperar no exterior	-	-	-	52.334	60.580	68.848
Demais impostos	-	2.593	2.593	108.303	6.801	8.078
	21.070	28.192	35.443	366.376	625.395	476.491

A diminuição observada no saldo consolidado é decorrência do reconhecimento de créditos extemporâneos de PIS e COFINS no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, tais créditos foram consumidos durante o exercício corrente.



13. OUTROS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

	Consolidado
	31/12/2016
Ativo	
Swap de combustível	17.483
Non deliverable forward - NDF	43.485
	60.968
Passivo	
Swap de taxa de juros	41.820
	41.820

Não havia operações desta natureza em aberto em 31 de dezembro de 2015 e 1º de janeiro de 2015.

14. ATIVOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

	Consolidado
	31/12/2016
Aeronaves e motores	240.328
Peças e materiais para manutenção e reparos	43.340
Edifícios	788
	284.456
Provisão para perdas	(131.876)
	152.580

Não havia operações desta natureza em aberto em 31 de dezembro de 2015 e 1º de janeiro de 2015.



15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

15.1. Composição e movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora			
	Reapresentado*			
	31/12/2015	Resultado	31/12/2016	
Prejuízo fiscal	40.873	(2.723)	38.150	
Base negativa da contribuição social	20.617	(981)	19.636	
	61.490	(3.704)	57.786	
	Consolidado			
	Reapresentado*		Reclassificação	
	31/12/2015	Resultado		31/12/2016
Prejuízo fiscal	470.353	22.082	-	492.435
Base negativa da contribuição social	186.061	60.991	-	247.052
	656.414	83.073	-	739.487
Diferenças temporárias:				
Provisões para devedores duvidosos	27.077	5.393		32.470
Provisão para perdas de estoques e bens disponíveis para venda	15.063	56.038	-	71.101
Provisão para manutenção e arrendamento de frota	451.909	27.284	-	479.193
Provisão para bonus e PLR	-	32.298	-	32.298
Provisão para risco tributário, cíveis e trabalhistas	157.729	52.357	-	210.086
Ajustes de reapresentação da Demonstração Financeira 2015	67.961	(135.922)	-	(67.961)
Outras	5.414	8.038	(7.761)	5.691
Impostos (ativos) passivos antes da compensação	1.381.567	128.559	(7.761)	1.502.365
Provisão para realização de impostos diferidos	(99.126)	(280.510)	-	(379.636)
Imposto líquido passivo (ativo)	1.282.441	(151.951)	(7.761)	1.122.729

15.2. Conciliação da alíquota de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Prejuízo antes dos impostos	(283.074)	(1.444.621)	238.361	(1.659.316)
Alíquota nominal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto calculado às alíquotas nominais	96.245	491.171	(81.043)	564.167
Efeitos fiscais sobre diferenças permanentes:				
Resultado de equivalência patrimonial	(94.803)	(490.626)	-	-
Despesas indedutíveis	-	(13.413)	(38.956)	(132.024)
Receitas não tributáveis	-	-	41.820	-
Provisão para baixa por não recuperabilidade sobre prejuízo fiscal e base negativa	-	-	(280.510)	(99.126)
Resultado de investidas no exterior sediadas em Cayman	-	-	(84.923)	-
Outros	(13.765)	2.137	51.075	3.126
Resultado com impostos	(12.323)	(10.731)	(392.537)	336.143
Imposto de renda e contribuição social corrente	(8.619)	(2.851)	(240.586)	(243.597)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(3.704)	(7.880)	(151.951)	579.740



15.3. Ativos fiscais diferidos não reconhecidos

A Companhia não registrou os créditos de ativos fiscais diferidos oriundos de prejuízo fiscal de IRPJ, base negativa de CSLL e diferenças temporárias de sua subsidiária LATAM Travel no montante de R\$378.084 (R\$34.315 em 31 de dezembro de 2015).

15.4. Estimativa de realização do ativo fiscal diferido

A Companhia avalia periodicamente se é provável que irá gerar lucro tributável futuro para que possa reconhecer o ativo fiscal diferido, tanto sobre diferenças temporárias dedutíveis, como para prejuízos fiscais acumulados. Provisões para perdas são registradas na proporção de que não seja provável que o ativo fiscal diferido será realizado. Ao fazer essa determinação, a Administração considera todas as evidências positivas e negativas disponíveis e faz determinadas estimativas. Entre outras coisas, são considerados o resultado futuro tributável, reversão de impostos diferidos passivos, o ambiente de negócios em geral, os resultados financeiros históricos e estratégias de planejamento tributário. Na avaliação da probabilidade de utilização do ativo fiscal diferido, os fatores significativos que foram considerados incluem:

- Ø os resultados tributários históricos;
- Ø o cenário econômico brasileiro e global;
- Ø o orçamento elaborado pela Administração;
- Ø as taxas de câmbio do dólar Norte Americano projetadas;
- Ø estimativa de preços dos combustíveis;
- Ø as expectativas de demanda e de oferta feita no mercado brasileiro;
- Ø os projetos transformacionais da Companhia relacionados principalmente a busca de novas oportunidades e redução de custos;
- Ø a simulação de diversos cenários de estresse; e
- Ø o impacto futuro das diferenças temporárias tributáveis.

Em 31 de dezembro de 2016, os créditos fiscais decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social foram registrados com base na expectativa fundamentada de geração de lucros tributáveis futuros por empresa, observadas as limitações legais.



O reconhecimento do ativo fiscal diferido está também baseado em uma série de ações já iniciadas e outras por se iniciarem elencadas abaixo que irão contribuir para a geração de resultados tributáveis futuros:

- Ø Readequação da malha nacional com redução da oferta em 11,0% em 2016, adicionais as reduções já efetuadas em 2015 de aproximadamente 12,0%. Essas ações impactaram positivamente na taxa de ocupação das aeronaves que incrementaram em 1,4% em 2016 atingindo 83,2%, comparado a média de mercado de 80,0%⁽¹⁾.
- Ø Continuidade ao plano de redução de custos que contemplam diversas iniciativas, que em conjunto, no exercício de 2016 proporcionaram uma redução de custos da ordem de R\$77 milhões;
- Ø Redução da exposição cambial, por meio de gestão dos ativos e passivos da Companhia reduzindo a exposição do balanço à variação do real frente ao dólar. No exercício de 2016, a Companhia transferiu 14 aeronaves que estavam registradas sob a modalidade de arrendamento financeiro a sua controladora LATAM e as subarrendou na modalidade de arrendamento operacional. Adicionalmente, a Companhia promoveu a devolução de 4 aeronaves, reduzindo assim, significativamente a sua exposição cambial decorrente de operações de arrendamento financeiro.

Apresenta-se a seguir a expectativa de realização preparada com base nas premissas detalhadas acima:

Ano	Valor estimado de realização
2017	361.612
2018	378.624
2019	245.969
2020	136.524



16. DEPÓSITOS JUDICIAIS

A movimentação dos depósitos judiciais está apresentada a seguir:

	Controladora				
	Reapresentado*				
	31/12/2015	Adição	Pagamentos	Reversão	31/12/2016
Cíveis	260	5		(265)	-
Bloqueios Judiciais	2.589	2.774	(5.191)	(5.191)	172
	<u>2.849</u>	<u>2.779</u>	<u>(5.191)</u>	<u>(5.456)</u>	<u>172</u>

	Controladora			
	Reapresentado*			
	01/01/2015	Adição	Reversão	31/12/2015
Cíveis	124	136	-	260
Bloqueios Judiciais	1.971	959	(341)	2.589
	<u>2.095</u>	<u>1.095</u>	<u>(341)</u>	<u>2.849</u>

	Consolidado					
	Reapresentado*					
	31/12/2015	Adição	Pagamentos	Reversão	Atualização monetária	31/12/2016
Fundo aeroviário	341.205	-	43	-	34.454	375.659
Cíveis	26.077	116.752	-	(81.464)	4.549	65.914
Trabalhistas	62.232	52.213	-	(25.092)	-	89.353
Tributários e previdenciários	66.722	254.290	-	(260.339)	13.057	73.730
Bloqueios Judiciais	34.543	278.763		(290.861)	-	22.445
	<u>530.779</u>	<u>702.018</u>	<u>43</u>	<u>(657.756)</u>	<u>52.060</u>	<u>627.101</u>

	Consolidado				
	Reapresentado*				
	01/01/2015	Adição	Reversão	Atualização monetária	31/12/2015
Fundo aeroviário	260.223	-	-	80.982	341.205
Cíveis	20.271	12.009	(6.203)	-	26.077
Trabalhistas	53.598	37.657	(29.233)	210	62.232
Tributários e previdenciários	138.281	12.688	(25.020)	(59.227)	66.722
Bloqueios Judiciais	33.359	68.145	(66.961)	-	34.543
	<u>505.732</u>	<u>130.499</u>	<u>(127.417)</u>	<u>21.965</u>	<u>530.779</u>

As informações acerca das contingências que originaram os saldos acumulados na rubrica de depósitos judiciais estão detalhadas na nota 24.



17. INVESTIMENTOS

17.1. Composição dos saldos

	Controladora		
	Reapresentado*		
	31/12/2016	31/12/2015	01/01/2015
Participação em empresas controladas	352.764	425.082	1.147.867
Provisão para perdas com investimentos ⁽¹⁾	(1.044.567)	(671.895)	(31.105)
	(691.803)	(246.813)	1.116.762

(1) Valores registrados no grupo do passivo não circulante.

17.2. Movimentação dos investimentos diretos

	Transportes		TP Franchising	Multiplus S.A	Corsair	ABSA	Total
	Tam Linhas	Aéreos del					
	Aéreas S.A	Mercosur S.A	Ltda		Participações S.A	Aerolineas S.A	
Em 31 de dezembro de 2014	828.190	41.446	2.571	160.393	191	115.076	1.147.867
Correção de erro, líquido (Nota 5)	(31.105)	-	-	-	-	-	(31.105)
Em 1º de janeiro de 2015 (reapresentado*)	<u>797.085</u>	<u>41.446</u>	<u>2.571</u>	<u>160.393</u>	<u>191</u>	<u>115.076</u>	<u>1.116.762</u>
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	316.000	-	-	-	-	-	316.000
Transações de capital com os sócios	-	-	-	(7.930)	-	-	(7.930)
Ajuste de avaliação patrimonial	(8.004)	-	-	-	-	-	(8.004)
Resultado de equivalência patrimonial	(1.775.885)	25.747	585	349.072	(1.873)	(40.663)	(1.443.017)
Hedge de fluxo de caixa	338	-	-	479	-	-	817
Pagamento baseado em ações	253	-	-	1.490	-	-	1.743
Ajuste acumulado de conversão	-	10.831	-	-	-	79.691	90.522
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	-	(313.706)	-	-	(313.706)
Em 31 de dezembro de 2015	<u>(670.213)</u>	<u>78.024</u>	<u>3.156</u>	<u>189.798</u>	<u>(1.682)</u>	<u>154.104</u>	<u>(246.813)</u>
Integralização de Capital	777.790	-	-	8.167	-	-	785.957
Integralização de - AFAC	(434.000)	-	-	-	-	-	(434.000)
Recompra de ações	-	-	-	(5.863)	-	-	(5.863)
Transações de capital com os sócios	-	-	-	(16.835)	-	-	(16.835)
Resultado de equivalência patrimonial	(651.298)	21.903	(196)	373.740	2.528	(25.510)	(278.833)
Realização de reserva de reavaliação	-	401	-	-	-	-	401
Reclassificação de IR/CS sobre reserva de reavaliação	(8.056)	-	-	-	-	-	(8.056)
Integralização do plano de remuneração de ações	(58.790)	-	-	-	-	-	(58.790)
Ajuste acumulado de conversão	-	(20.023)	29	-	-	(29.910)	(49.904)
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	-	(379.067)	-	-	(379.067)
Em 31 de dezembro de 2016	<u>(1.044.567)</u>	<u>80.305</u>	<u>2.989</u>	<u>169.940</u>	<u>846</u>	<u>98.684</u>	<u>(691.803)</u>

17.3. Informações sobre empresas controladas

	Transportes		TP Franchising	Multiplus S.A	Corsair	ABSA	Total
	Tam Linhas	Aéreos del					
	Aéreas S.A	Mercosur S.A	Ltda		Participações S.A	Aerolineas S.A	
Capital Social	5.994.245	5.450	30	107.300	191	144.061	6.251.277
Quantidade de ações - total ordinárias	2.064.602	87.653	30.100	162.246.573	1.000	4.060.702	-
Possuídas-ordinárias	2.064.602	83.253	30.100	118.018.157	1.000	4.060.702	-
% de participação							
No capital total	100,00%	94,98%	100,00%	72,74%	100,00%	100,00%	-
No capital votante	100,00%	94,98%	100,00%	72,74%	100,00%	100,00%	-
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	(1.044.567)	84.550	2.989	256.099	846	98.684	-
Valor do investimento	(1.044.567)	80.305	2.989	169.940	846	98.684	(691.803)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(651.298)	23.063	(196)	513.802	2.528	(25.510)	-
Resultado de equivalência patrimonial	(651.298)	23.063	(196)	373.740	2.528	(25.510)	(278.833)
Balanco	(651.298)	23.063	(196)	513.802	2.527	(25.510)	-



	31/12/2015						
	Transportes		TP Franchising		Corsair	ABSA	Total
	Tam Linhas Aéreas S.A	Aéreos del Mercosur S.A	Ltda	Multiplus S.A	Participações S.A	Aerolíneas S.A	
Capital Social	5.216.454	46.183	30	107.300	191	144.061	-
Quantidade de ações - total ordinárias	2.064.602	87.653	30.100	162.246.573	1.000	4.060.702	-
Possuídas-ordinárias	2.064.602	83.253	30.100	118.018.157	1.000	4.060.702	-
% de participação							
No capital total	100,00%	94,98%	100,00%	72,74%	100,00%	100,00%	-
No capital votante	100,00%	94,98%	100,00%	72,74%	100,00%	100,00%	-
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	(670.213)	82.148	3.156	260.927	(1.682)	154.104	-
Valor do investimento	(670.213)	78.024	3.156	189.798	(1.682)	154.104	(246.813)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(1.775.885)	27.108	585	479.741	(1.873)	(40.863)	-
Resultado de equivalência patrimonial	(1.775.885)	25.747	585	349.072	(1.873)	(40.863)	(1.443.017)

Não houve mudanças nas participações societárias durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

18. IMOBILIZADO

A movimentação do imobilizado é apresentada a seguir:

							Consolidado
	Taxa média ponderada (a.a.)	31/12/2015	Adições	Transferências ⁽³⁾	Baixas	Variação Cambial	31/12/2016
Custo							
Terrenos	-	42.358	-	-	-	(1.338)	41.020
Equipamentos de voo	-	5.442.139	225.646 ⁽¹⁾	(280.076)	(1.100.315) ⁽²⁾	-	4.287.394
Edifícios	-	134.825	789	91.295	(294)	(2.339)	224.276
Computadores e periféricos	-	230.671	8.727	318	(134)	(1.252)	238.330
Máquinas e equipamentos	-	107.915	867	(204)	(44)	(160)	238.374
Imobilizações em andamento	-	98.515	35.404	(74.350)	(117)	(28)	59.424
Outros	-	522.787	16.636	(50.863)	(7.161)	(2.146)	479.253
		6.579.210	288.069	(313.880)	(1.108.065)	(7.263)	5.438.071
Depreciação							
Equipamentos de voo	5,29%	(2.335.168)	(288.091)	41.694	385.039	(1)	(2.196.527)
Edifícios	8,43%	(33.156)	(3.567)	(42.495)	72	1.269	(77.877)
Computadores e periféricos	8,68%	(166.500)	(20.032)	(110)	31	873	(185.738)
Máquinas e equipamentos	8,61%	(69.181)	(9.288)	177	24	89	(78.179)
Outros	8,34%	(277.018)	(43.581)	42.432	3.362	1.881	(272.924)
		(2.881.023)	(364.559)	41.698	388.528	4.111	(2.811.245)
Imobilizado líquido		3.698.187	(76.490)	(272.182)	(719.537)	(3.152)	2.626.826

							Consolidado
							Reapresentado*
	Taxa média ponderada (a.a.)	31/12/2014	Adições	Transferências	Baixas	Variação Cambial	31/12/2015
Custo							
Terrenos	-	46.165	-	-	-	(3.807)	42.358
Equipamentos de voo	-	5.622.170	306.497	(125.431)	(359.865)	(1.232)	5.442.139
Edifícios	-	242.574	1.696	(114.912)	(4.957)	10.424	134.825
Computadores e periféricos	-	202.433	28.496	875	(134)	(999)	230.671
Máquinas e equipamentos	-	114.307	687	(5.430)	-	(1.649)	107.915
Imobilizações em andamento	-	16.314	89.056	(5.329)	(357)	(1.169)	98.515
Outros	-	399.034	10.847	120.176	(6.782)	(488)	522.787
		6.642.997	437.279	(130.051)	(372.095)	1.080	6.579.210
Depreciação							
Equipamentos de voo	7,30%	(2.203.157)	(410.490)	130.054	151.378	(2.953)	(2.335.168)
Edifícios	8,43%	(68.224)	(4.149)	36.422	1.516	1.279	(33.156)
Computadores e periféricos	9,88%	(148.107)	(19.998)	(51)	84	1.572	(166.500)
Máquinas e equipamentos	8,51%	(61.010)	(9.726)	188	-	1.367	(69.181)
Outros	11,10%	(198.509)	(44.312)	(36.562)	5.125	(2.760)	(277.018)
		(2.679.007)	(488.675)	130.051	158.103	(1.495)	(2.881.023)
Imobilizado líquido		3.963.990	(51.396)	-	(213.992)	(415)	3.698.187



- (1) As adições de equipamentos de voo estão representadas principalmente por gastos de manutenção e peças sobressalentes das aeronaves ativadas durante o exercício, conforme prática contábil adotada pela Companhia, divulgada na nota 4.11;
- (2) As baixas de equipamentos de voo representam principalmente a transferência de 14 aeronaves para o Grupo LATAM e posteriormente subarrendadas na modalidade de arrendamento mercantil operacional para a Companhia;
- (3) O valor líquido das transferências está representado por: (a) transferência para o grupo de ativos disponíveis para venda sendo de R\$240.328 referente ao valor contábil líquido das aeronaves modelo A-330, e R\$788 a edificações; e (b) transferência para o intangível de gastos referentes a projetos de desenvolvimento de *softwares* no valor de R\$31.066.

19. INTANGÍVEL

A movimentação do intangível é apresentada a seguir:

	Consolidado						
	Reapresentado*					Conversão de moeda	31/12/2016
	Taxas a.a.	31/12/2015	Adições	Transferências	Baixas		
Custo							
Marcas	-	168.312	-	29.883	-	-	198.195
Softwares	-	703.057	3.935	163.543	(14)	-	870.521
Softwares em desenvolvimento	-	91.829	81.705	(113.768)	(3.025)	(14)	56.727
Direito de uso dos slots	-	124.927	-	(124.927)	-	-	-
Outros	-	48.592	-	76.335	-	-	124.927
		1.136.717	85.640	31.066	(3.039)	(14)	1.250.370
Amortização							
Softwares	20,00%	(527.670)	(71.864)	-	-	(2)	(599.536)
Marcas	20,00%	(45.092)	(16.461)	-	-	-	(61.553)
		(572.762)	(88.325)	-	-	(2)	(661.089)
Intangível líquido		563.955	(2.685)	31.066	(3.039)	(16)	589.281

	Consolidado						
	Reapresentado*					Conversão de moeda	31/12/2015
	Taxas a.a.	01/01/2015	Adições	Transferências	Baixas		
Custo							
Marcas	-	168.312	-	-	-	-	168.312
Softwares	-	597.541	6.842	99.309	(635)	-	703.057
Softwares em desenvolvimento	-	137.145	63.644	(99.309)	(9.651)	(14)	91.829
Direito de uso dos slots	-	124.927	-	-	-	-	124.927
Outros	-	68.092	23.124	-	(42.624)	-	48.592
		1.096.017	93.610	-	(52.910)	(14)	1.136.717
Amortização							
Softwares	20,00%	(466.205)	(61.465)	-	-	(2)	(527.670)
Outros	20,00%	(29.805)	(15.287)	-	-	-	(45.092)
		(496.010)	(76.752)	-	-	(2)	(572.762)
Intangível líquido		600.007	16.858	-	(52.910)	(16)	563.955



20. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora e Consolidado								
	Vigência		Taxa efetiva a.a.	Reapresentado*					
				31/12/2016		31/12/2015		01/01/2015	
	Início	Vecto	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
Em moeda estrangeira - US\$									
Capital de giro	09/2016	09/2017	Libor +2,45%	650.445	-	-	-	-	-
Bonus seniores - Tam Capital 1	04/2007	04/2017	7,61%	990.215	-	12.958	1.170.560	8.815	794.465
Bonus seniores - Tam Capital 2	10/2009	06/2015	9,50%	-	-	-	-	29.979	789.630
Bonus seniores - Tam Capital 3	06/2011	06/2021	8,51%	9.522	1.621.931	9.592	1.940.600	6.526	1.318.257
Em moeda nacional - R\$									
Antecipação de cartão de crédito	-	-	26,87%	-	-	-	-	121.805	-
				1.650.182	1.621.931	22.550	3.111.160	167.125	2.902.352

Capital de giro

Em 27 de setembro de 2016, a Companhia contratou um empréstimo com a finalidade de capital de giro, no valor de US\$200.000, equivalentes a R\$647.000. Esta operação foi contratada com um taxa de juros nominal equivalente a LIBOR+2,15% a.a., com pagamentos de juros trimestrais e pagamento do principal previsto para ocorrer em doze meses. Tal operação, foi garantida pela Companhia, por meio da disponibilização via alienação fiduciária, das ações de sua controlada Multiplus, em uma proporção de 2 para 1 ao valor do empréstimo, caso as ações da Multiplus sofram uma queda em sua cotação atingindo um valor abaixo do mínimo estabelecido em contrato, a garantia deverá ser substituída. Dessa forma, em observação a essa condição em novembro a Companhia concedeu em garantia aplicações financeiras no montante de R\$244.446, vide nota 9, e conforme divulgado na nota 33, em 9 de março de 2017, a Companhia efetuou a aquisição de um certificado de depósito bancário no valor de R\$91.651 que foi devidamente registrado como caixa restrito, visto que também integra a garantia desta operação.

Concomitante com a contratação dessa operação, a Companhia comprou um ativo de *Non-Deliverable Forward* ("NDF"), no montante correspondente a US\$200.000, de forma a eliminar os efeitos da variação cambial dessa operação do resultado. Adicionalmente, também atrelado a essa operação a Companhia adquiriu uma posição ativa de *swap* de taxa LIBOR + 2,15% a.a. e outra passiva de taxa de juros equivalente a 116,2% a.a. da variação do CDI. Todas essas operações têm seus efeitos contabilizados diretamente ao resultado do exercício.

Bônus seniores - TAM Capital 1

Em 25 de abril de 2007, a TAM Capital 1 Inc. concluiu uma oferta de 3.000 bônus seniores, com valor nominal unitário de US\$100, os quais totalizaram US\$300,000; equivalentes a R\$607.080. A taxa nominal de juros desta emissão corresponde a 7,38% a.a. e a taxa efetiva a 7,61% a.a., a serem amortizados



semestralmente. O principal será amortizado integralmente em 2017. Essa transação, por meio de uma oferta no exterior, isenta de registros na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), foi registrada junto à *Security and Exchange Commission* ("SEC") em 30 de outubro de 2007. A taxa de transação custo de captação de R\$13.200.

Bônus seniores - TAM Capital 3

Em 3 de junho de 2011, a TAM Capital 3 Inc. concluiu uma oferta de 5.000 bônus seniores, com valor nominal unitário de US\$100, totalizando US\$500,000, equivalentes a R\$787.200 milhões. A taxa nominal de juros desta emissão corresponde a 8,38% a.a., enquanto a taxa efetiva corresponde a 8,51% a.a. Os juros estão sendo pagos semestralmente a partir de dezembro de 2011 e o vencimento do principal ocorrerá em junho de 2021. A Companhia tem a opção de resgatar antecipadamente os bônus seniores a qualquer momento. Em caso de liquidação antecipada um prêmio de resgate deve ser pago. A taxa de transação custo de captação de R\$10.100 milhões.

21. OBRIGAÇÕES COM ARRENDAMENTO MERCANTIL

A subsidiária TLA é arrendatária em diversos contratos que podem ser classificados como arrendamento operacional ou financeiro.

21.1. Arrendamentos financeiros

A subsidiária TLA contrata arrendamentos mercantis financeiros de equipamentos de informática, aeronaves, motores, máquinas e equipamentos destinados à manutenção de suas atividades.

Os pagamentos futuros mínimos obrigatórios estão segregados conforme demonstrado a seguir e foram registrados no passivo circulante e não circulante:

	Fluxo e pagamentos contratuais futuros	Valor presente dos pagamentos mínimos	Consolidado		
			Total		
			31/12/2016	31/12/2015	01/01/2015
Até 1 ano	274.394	45.638	228.756	476.136	413.736
Entre 1 e 5 anos	1.193.655	131.369	1.118.686	1.738.661	979.171
Superior a 5 anos	136.517	335	136.182	276.370	745.427
			1.483.624	2.491.167	2.138.334
		Circulante	228.756	476.136	413.736
		Não circulante	1.254.868	2.015.031	1.724.598



A Companhia mantém controle dos bens arrendados os quais estão apresentados a seguir:

	Taxa média depreciação a.a.	Controladora e Consolidado		
		Reapresentado*		
		31/12/2016	31/12/2015	01/01/2015
Custo				
Aeronaves	-	327.299	2.229.387	2.647.994
Motores	-	177.115	575.189	278.670
		504.414	2.804.576	2.926.664
Depreciação				
Aeronaves	10%	(59.398)	(1.290.421)	(1.305.649)
Motores	12%	(85.153)	(209.500)	(86.789)
		(144.551)	(1.499.921)	(1.392.438)
Ativos líquidos		359.863	1.304.655	1.534.226

Para os referidos arrendamentos foram oferecidas cartas de fiança de emissão da Companhia no valor de R\$80.161 em 31 de dezembro de 2016 (R\$121.105 em 31 de dezembro de 2015) e seguro garantia no valor de R\$243.168 em 31 de dezembro de 2016 (R\$178.043 em 31 de dezembro de 2015).

As cláusulas dos contratos de ambas as modalidades, no que tange a renovação, reajuste e opção de compra, são as práticas de mercado. Ademais, não existem cláusulas de pagamentos contingentes ou relativas à restrição de distribuição de dividendos, pagamentos de juros sobre capital próprio ou captação de dívida adicional.

Em 31 de dezembro de 2016, a subsidiária TLA possui 12 aeronaves (26 aeronaves em 31 de dezembro de 2015 e 31 aeronaves em 31 de dezembro de 2014), adquiridos por meio de arrendamento financeiro.

A redução no número de aeronaves arrendadas sob a modalidade financeiro ocorreu como consequência do plano da Administração de redução de passivos atrelados ao US\$. Desta forma os arrendamentos financeiros foram transferidos a LATAM e em seguida subarrendados, pela subsidiária TLA, na modalidade de arrendamento operacional.

21.2. Arrendamentos operacionais

A Companhia por meio de suas subsidiárias TLA e ABSA assumiu compromissos de arrendamento operacional de 157 aeronaves e 40 motores e 1 unidade auxiliar de energia ("APU") em 31 de dezembro de 2016 (139 aeronaves e 28 motores em 31 de dezembro de 2015 e 131 aeronaves e 4 motores em 31 de dezembro de 2014). Esses contratos possuem prazo médio de 60 meses e são atualizados com base na variação do US\$, acrescidos da variação da taxa LIBOR, de forma a garantir estas operações a Companhia contratou cartas-fianças, efetuou depósitos ou ofereceu notas promissórias.



Os gastos incorridos com arrendamentos operacionais contabilizados na rubrica de custo dos serviços prestados totalizaram R\$2.227.701 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (R\$2.042.466 em 31 de dezembro de 2015). O aumento da despesa é reflexo da estratégia de gestão de ativos da Companhia, descrita na nota 1.1.

Os pagamentos mínimos futuros de arrendamentos mercantis operacionais são apresentados a seguir:

	Controladora e Consolidado		
	31/12/2016	31/12/2015	01/01/2015
Até 1 ano	1.840.705	1.648.349	1.489.369
Entre 1 e 5 anos	1.230.148	1.325.660	1.339.596
Superior a 5 anos	77.437	184.213	287.096
	3.148.290	3.158.222	3.116.061

22. FORNECEDORES

	Controladora			Consolidado		
	Reapresentado*			Reapresentado*		
	31/12/2016	31/12/2015	01/01/2015	31/12/2016	31/12/2015	01/01/2015
Terceiros	148	876	-	1.658.953	1.662.389	1.238.245
Partes relacionadas	95.267	98.235	740	3.307.360	3.228.256	1.343.463
	95.415	99.111	740	4.966.313	4.890.645	2.581.708

A variação no saldo está relacionada principalmente a apreciação do R\$ frente ao US\$.

23. RECEITAS DIFERIDAS

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo de transportes a executar classificado no passivo circulante é de R\$2.241.960 (R\$2.270.613 em 31 de dezembro de 2015 e R\$2.060.538 em 31 de dezembro de 2014) no consolidado.

A receita de passagens é representada por 5.183.475 cupons de bilhetes vendidos e ainda não utilizados (2.201.606 em 31 de dezembro de 2015 e 2.050.807 em 31 de dezembro de 2014) com prazo médio de utilização de 63 dias (66 dias em 31 de dezembro de 2015 e 40 dias em 31 de dezembro de 2014).

A receita diferida do Programa Fidelidade Multiplus é contabilizada com base no número de pontos em aberto e a taxa média histórica de não resgate de pontos (*breakage*) dos últimos 24 meses. Na Multiplus, os pontos expiram após dois anos da data de emissão. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo de receita diferida de pontos classificado no passivo circulante totaliza o montante de R\$1.277.917 (R\$1.350.467 em 31 de dezembro de 2015).



O saldo de receita diferida no consolidado é composto também por pacotes turísticos ainda não utilizados, intermediados pela subsidiária LATAM Travel.

24. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

A Companhia e suas subsidiárias estão envolvidas em determinados assuntos legais oriundos do curso normal de seus negócios, que incluem processos cíveis, administrativos, tributários, previdenciários e trabalhistas.

A Companhia classifica os riscos de perda nos processos legais como "prováveis", "possíveis" ou "remotos". A provisão registrada em relação a tais processos é determinada pela Administração do Grupo, com base na análise de seus assessores jurídicos, e refletem razoavelmente as perdas prováveis estimadas.

A Administração da Companhia acredita que a provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, constituída de acordo com a CPC 25 (IAS 37) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos administrativos e judiciais, conforme apresentado a seguir.

24.1 Contingências com estimativa de perda provável

	Controladora					
	31/12/2015	Provisões	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	31/12/2016
Trabalhistas	287	-	(287)	-	-	-
	287	-	(287)	-	-	-
	Controladora Reapresentado*					
	01/01/2015	Provisões	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	31/12/2015
Trabalhistas	287	-	-	-	-	287
	287	-	-	-	-	287
	Consolidado					
	31/12/2015	Provisões	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	31/12/2016
Fundo aeroviário	314.727	-	-	-	27.277	342.004
Tributários e previdenciário	217.324	25.720	(41.167)	-	16.103	217.980
Cíveis	160.417	122.751	(73.561)	(25.568)	5.965	190.004
Trabalhistas	73.014	179.803	(142.092)	(27.741)	1.319	84.303
	765.482	328.274	(256.820)	(53.309)	50.664	834.291



	Consolidado					31/12/2015
	Reapresentado*					
	01/01/2015	Provisões	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	
Fundo aeroviário	304.160	-	-	-	10.567	314.727
Tributários e previdenciário	203.498	12.552	(29.952)	-	31.226	217.324
Cíveis	170.593	62.937	(9.306)	(63.807)	-	160.417
Trabalhistas	69.819	40.640	(28.850)	(8.595)	-	73.014
	748.070	116.129	(68.108)	(72.402)	41.793	765.482

24.1.1 Fundo Aeroviário

A Companhia está discutindo a cobrança da contribuição equivalente a 2,5% sobre a folha mensal de salário, denominado nesta demonstração financeira como "fundo aeroviário", recurso a ser destinado as entidades privadas de serviço social e de formação profissional. Por meio dos efeitos de uma medida cautelar, inicialmente, a Companhia não estaria obrigada a recolher referida contribuição, contudo, foi promulgada uma decisão em primeira instância desfavorável à Companhia, revogando assim a medida cautelar. A Companhia vem efetuando o pagamento dessa contribuição por meio de depósito judicial.

Em 31 de dezembro de 2016 o saldo da provisão referente a esse processo corresponde ao montante R\$342.004 (R\$314.727 em 31 de dezembro de 2015 e R\$304.447 em 1º de janeiro de 2015), enquanto, os depósitos judiciais totalizam R\$375.659 em 31 de dezembro de 2016 (R\$341.205 em 31 de dezembro de 2015 e R\$260.223 em 1º de janeiro de 2015).

24.1.2 Contingências tributárias

A Companhia apropriou-se de créditos de PIS e COFINS oriundos do consumo de combustível de aviação para rotas com destinos internacionais, sendo esta prática contestada pelo órgão fiscalizador, Receita Federal do Brasil. Em 31 de dezembro de 2016 o saldo da provisão referente a esse processo corresponde ao montante de R\$150.914 (R\$138.296 em 31 de dezembro de 2015 e R\$127.437 em 1º de janeiro de 2015).

Os demais processos não têm valores individuais relevantes.

24.1.3 Contingências cíveis

No exercício de 2009, foi imposta uma multa à ABSA, pela Secretaria de Direito Econômico ("SDE") e, posteriormente, pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE"). A ABSA foi condenada em decisão proferida em 28 de agosto de 2013 ao pagamento de multa no valor de R\$114.134.



De acordo com nossos assessores jurídicos, estimou-se uma probabilidade de cerca de 60% (sessenta por cento) de chance de redução da base de cálculo da multa imposta à ABSA, com base em critérios objetivos de aplicação do princípio do *ne bis in idem* que garante de maneira mais ampla possível o afastamento da cobrança de qualquer tipo de duplicidade punitiva a fim de se evitar que a pena se torne desproporcional, dentre outros argumentos. Em 31 de dezembro de 2016, a provisão referente a causa em questão totalizou o montante de R\$38.097 (R\$32.710 em 31 de dezembro de 2015 e R\$32.710 de 1º janeiro de 2015).

Os demais processos não têm valores individuais relevantes.

24.2 Contingências com estimativa de perda possível

A Companhia e suas subsidiárias possuem contingências, cuja expectativa de perda avaliada pela Administração e suportada por seus assessores jurídicos está classificada como possível e, portanto, nenhuma provisão foi constituída. Os saldos referentes às contingências avaliadas com prognóstico de perda possível, está apresentado a seguir:

	Consolidado		
	Reapresentado*		
	31/12/2016	31/12/2015	01/01/2015
Tributários	2.135.733	1.353.742	1.045.469
Trabalhistas	942.407	923.236	702.670
Cíveis	188.024	138.767	159.130
	3.266.164	2.415.745	1.907.269

A variação no saldo de contingências avaliadas com risco possível refere-se à reavaliação de processos que, anteriormente, tinham probabilidade de perda considerada remota. Os detalhes sobre as principais disputas classificadas como possível estão apresentadas a seguir:

24.2.1 Contingências tributárias

24.2.1.1 Imposto Sobre Serviços

A Companhia recebeu autos de infrações lavrados pela Municipalidade de São Paulo objetivando o recolhimento do ISS sobre os pacotes turísticos que a subsidiária integral LATAM Travel comercializa, entretanto, a Companhia entende que a receita desta Entidade refere-se a intermediação de venda de pacotes e não revenda dos mesmos. Em dezembro de 2016 os valores dos autos de infrações representam R\$330.417 (R\$292.094 em 31 dezembro de 2015).



24.2.1.2 PIS e COFINS

Em 19 de agosto de 2014 a Secretaria da Receita Federal lavrou auto de infração no montante de R\$175.886, por entender que uma parte dos créditos compensados de PIS e COFINS pela Companhia não estão diretamente relacionados com a atividade de transporte aéreo. A Administração apresentou impugnação no âmbito administrativo em 17 de setembro de 2014, a qual aguarda julgamento. Em dezembro de 2016 o valor total desses autos de infração de R\$227.474 (R\$204.398 em 31 dezembro de 2015).

Adicionalmente, também foi lavrado auto de infração pela Secretaria da Receita Federal no montante de R\$141.253, relacionado a compensação créditos de PIS e COFINS que se deu por meio de PerdComp. A manifestação de inconformidade apresentada pela Companhia foi julgada improcedente, razão pela qual foi apresentado recurso voluntário pela Administração que aguarda julgamento. Em dezembro de 2016 o valor total desses autos corresponde a R\$199.365 (R\$180.833 em 31 dezembro de 2015).

24.2.1.3 Imposto de importação ("II") e Impostos sobre produtos industrializados ("IPI")

Nos exercícios de 2005 e 2006, a subsidiária ABSA foi autuada pelo valor de R\$36.305 em virtude do não recolhimento de impostos e multas a título de II e IPI. A Companhia ingressou com ação anulatória, que ainda aguarda julgamento, pleiteando sua ilegitimidade passiva por não ter transportado a mercadoria que ensejou a lavratura do auto de infração, bem como, por entender que inexistente norma legal que responsabilize o transportador pelo pagamento do imposto sobre produtos industrializados no caso de extravio da mercadoria. Em 2015, a União, por sua vez, ingressou com Execução Fiscal para cobrança dos tributos em questão, ainda sem decisão judicial. Em dezembro de 2016 o valor total dessa ação corresponde a R\$48.805.

24.2.2 Contingências trabalhistas

No exercício de 2014, o Ministério Público do Trabalho ajuizou ação civil pública alegando a existência de diversas irregularidades no que tange aos controles de ponto de empregados da Companhia. A ação é relacionada aos controles de jornada dos empregados, quitação de horas extras, concessão de intervalos intrajornada, intervalos entre jornadas, pagamento de adicional noturno, etc. A empresa recorreu de tais alegações e, atualmente, o processo encontra-se no Tribunal Regional do Trabalho. Em dezembro de 2016 o valor total dessa ação corresponde a R\$53.077.

No exercício de 2016, o Ministério Público do Trabalho ajuizou ação civil pública, requerendo que a Companhia promova a adequação do seu ambiente



de trabalho à legislação em vigor quanto às condições ergonômicas das aeronaves A-330, para que sejam disponibilizados assentos de descanso totalmente horizontais e isolados para tripulação de revezamento, além de indenização por danos morais coletivos. A Companhia apresentou defesa e, atualmente, o processo aguarda julgamento. Em dezembro de 2016 o valor total dessa ação corresponde a R\$52.115. Destaca-se que a Companhia deixou de operar as aeronaves do referido modelo desde abril de 2016.

No exercício de 2012, o Sindicato Nacional dos Aeroviários ajuizou reclamação trabalhista pleiteando adicional de periculosidade para os ex-empregados de empresa prestadora de serviços. A controlada ABSA foi condenada subsidiariamente, tendo recorrido de tais alegações. Atualmente, o processo encontra-se no Tribunal Regional do Trabalho. Em dezembro de 2016 o valor total dessa ação corresponde a R\$30.166.

24.2.3 Contingências cíveis

Dentre os processos judiciais de natureza cível avaliados pela Administração e pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, não existem processos com valores individuais relevantes.

24.2.4 Outros

24.2.4.1 Adicional de tarifa aeroportuária

No ano de 2001, a Companhia em conjunto com outras companhias do setor aéreo ajuizou uma ação de repetição de indébito com objetivo de buscar a declaração de inexistência de relação jurídico-tributária para ver-se desobrigada a recolher Adicional de Tarifa Aeroportuária ("ATAERO"), cumulado com pedido de repetição de indébito para os valores pagos até o momento do ajuizamento da ação. Todavia, em 2016, em virtude de decisão judicial proferida desfavoravelmente à Companhia, a ação teve seu prognóstico reavaliado, passando a ser classificada com risco de perda possível. Destaca-se que a Companhia não deixou de pagar essa tarifa e configura como autora no processo, entretanto, caso o desfecho do processo seja desfavorável, honorários de sucumbência correspondente a 20% do valor da ação serão devidos. O processo aguarda julgamento em instâncias superiores. Em 31 de dezembro de 2016 o valor atribuído à causa conjunta é de R\$4.981.295.

24.2.4.2 CSLL

Em 15 de dezembro de 2009, a Companhia recebeu um auto de infração no montante de R\$72.435, no qual a Secretaria da Receita Federal, pleiteia a glosa de dedução de despesas correspondentes a tributos com exigibilidade suspensa



que possuem as características de provisões da base de apuração da CSLL, referente aos períodos-base de 2004 a 2007. Na esfera administrativa a Companhia foi condenada a pagar os devidos tributos. Em 31 de dezembro de 2016 o valor atribuído a esse auto é de R\$125.001.

25. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO

	Consolidado		
	Reapresentado*		
	31/12/2016	31/12/2015	01/01/2015
Provisão para manutenção	1.155.524	1.672.767	1.346.229
	1.155.524	1.672.767	1.346.229
Circulante	556.162	699.781	527.867
Não circulante	599.362	972.986	818.362

26. PLANO DE BENEFÍCIO PÓS EMPREGO

De acordo com a avaliação efetuada por especialistas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não há passivos ou despesas a serem registrados.

Em 1º de janeiro de 2015 o saldo dessas obrigações correspondia a R\$59.262, que foi totalmente revertido para o resultado durante o exercício, líquido dos valores registrados no grupo de outros resultados abrangentes, R\$8.777. A reversão foi uma consequência de uma mudança no benefício do plano de saúde oferecido pela Companhia à seus colaboradores. Tal mudança teve como principal objetivo fazer com que a parte do custo do plano de saúde de reponsabilidade dos colaboradores fosse reduzida, permitindo assim, que um número maior de colaboradores usufruíssem do benefício, foi introduzida a modalidade de coparticipação.

27. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

27.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2016 o capital social, subscrito e integralizado da Companhia totalizava R\$5.035.926 (cinco bilhões, trinta e cinco milhões, novecentos e vinte e seis mil), e está representado por 150.132.715 ações ordinárias. Não houve alterações no capital social durante o exercício.



27.2 Reservas de lucros

27.2.1 Reserva legal

A legislação brasileira estabelece que deve ser constituída uma reserva legal, mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, quando houver, até a reserva legal atingir 20% do valor do capital social.

27.2.2 Ajuste de avaliação patrimonial

A reserva de ajustes e avaliação patrimonial inclui a parcela efetiva da variação líquida cumulativa do valor justo dos instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa cujas as operações objeto de proteção ainda não foram reconhecidas no resultado do exercício. Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados, integral ou parcialmente, para o resultado do exercício, conforme a sua realização.

Conforme facultado pela Lei nº 11.638/07 e pelo Pronunciamento CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07, a Companhia adotou o valor residual reavaliado em 31 de dezembro de 2007 como custo atribuído no ativo imobilizado. A realização da reserva de reavaliação ocorre na mesma proporção da depreciação, baixa ou alienação do ativo reavaliado, em contrapartida à conta de lucros (prejuízos) acumulados.

28. PLANO DE REMUNERAÇÃO BASEADO EM AÇÕES

Ø TAM S.A.

Em assembleia geral extraordinária ("AGE") ocorrida em 12 de julho de 2012, foi aprovada, a extinção do plano de remuneração baseadas em ações, de modo que:

(i) o plano seja encerrado, a partir daquela data, no que se refere à outorga de novos benefícios;

(ii) as opções de compra de ações da Companhia outorgadas anteriormente a esta data ("Opções de Compra") sejam mantidas até que sejam completados os seus prazos de carência ("*Vesting*"), nos termos e condições constantes do Plano e dos Instrumentos Particulares de Outorga de Opções de Compra de Ações celebrados com cada um dos beneficiários; e



(iii) nas datas do respectivo *Vesting*, os beneficiários das Opções de Compra recebam pagamento em dinheiro equivalente ao produto entre (a) o número total de Opções de Compra exercíveis; e (b) a diferença, se houver, entre (b.1.) o preço de exercício da opção de compra descontando-se todas as retenções aplicáveis; e (b.2) o resultado da multiplicação de 0,9 (zero vírgula nove) pelo preço de fechamento da ação da LAN Airlines S.A. na Bolsa de Valores de Santiago no dia útil imediatamente anterior ao do exercício da Opção de Compra.

O último exercício de outorgas ocorreu em maio de 2015, sendo assim a Companhia não possui mais pagamentos a realizar no futuro.

Ø Multiplus

O plano de remuneração baseado em ações é mensurado pelo valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da outorga. A despesa é reconhecida no resultado do exercício durante o prazo em que o direito é adquirido (período de *vesting*), com base em estimativas de quais ações concedidas serão eventualmente adquiridas, com contrapartida no patrimônio líquido. A Companhia possui os seguintes acordos de pagamento baseado em ações:

- (i) Programa de opção de compra de ações (liquidável em títulos patrimoniais)

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 4 de outubro de 2010, os acionistas da subsidiária Multiplus aprovaram a diluição máxima de 3% (três por cento) do número de ações em circulação que poderá ser utilizada pela diretoria para concessão de opções aos seus funcionários.

	Número de opções em circulação	Preço médio do exercício
Saldo no início do exercício	518.507	42,70
Exercidas	(22.841)	32,75
Não adquiridas por desligamento	(100.968)	48,49
Saldo no final do exercício	394.698	42,48

As opções são avaliadas pelo modelo de precificação Black-Scholes. A tabela a seguir mostra os detalhes das variações nas opções, em conjunto com as variáveis utilizadas para avaliação das opções concedidas. O preço de exercício é ajustado pelo IGP-M, a partir da data de concessão das opções até a data de exercício.



TAM S.A. E SUAS CONTROLADAS



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 1º de janeiro de 2015.

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2016, as premissas utilizadas para o cálculo do valor justo das outorgas foram as seguintes:

	1ª outorga	2ª outorga	3ª outorga	4ª outorga	1ª outorga extraordinária	2ª outorga extraordinária	3ª outorga extraordinária	4ª outorga extraordinária	Total
Data da outorga	4/10/2010	8/11/2010	16/4/2012	3/4/2013	4/10/2010	4/10/2010	16/4/2012	20/11/2013	
Data da última modificação	30/06/2011	30/06/2011	N/A	N/A	30/06/2011	30/06/2011	N/A	N/A	
Quantidade de ações	98.391	36.799	378.517	566.491	1.370.999	154.570	62.046	205.575	2.873.388
Preço de exercício na data da outorga após a modificação	23,61	27,83	31,41	38,59	12,28	16,28	31,41	26,50	
Taxa de juros, isenta de risco - %	12,15	12,15	10,30	7,16	12,15	11,88	8,86	8,99	
Rendimento esperado do dividendo - %	2,60	2,60	4,17	4,49	2,60	2,59	4,17	4,96	
Volatilidade das ações no mercado - %	33,79	33,79	32,78	34,56	33,79	34,24	32,78	34,59	
Preço no mercado acionário na data da outorga - R\$	26,90	31,55	38,36	30,60	26,90	26,90	38,36	28,00	
Preço no mercado acionário na data da última modificação - R\$	27,20	27,20	N/A	N/A	27,20	27,10	N/A	N/A	
Valor justo da opção na data da outorga - R\$	11,58	14,06	14,68	6,53	16,91	10,53	13,86	7,80	
Valor justo da opção na data da modificação - R\$	12,17	10,71	N/A	N/A	17,35	14,29	N/A	N/A	
Preço médio de exercício ajustado - 31/12/2016	-	-	43,75	49,54	-	-	-	32,75	
Quantidade de opções em circulação - 31/12/2016	-	-	84.249	173.399	-	-	-	137.050	394.698
Valorização das opções em circulação - 31/12/2016 - R\$	-	-	3.685.894	8.590.186	-	-	-	4.488.388	16.764.468

A volatilidade esperada se baseia na volatilidade histórica das ações da subsidiária Multiplus negociadas em Bolsa. A vida contratual remanescente média se baseia na expectativa de exercício.



(ii) Plano de ações restritas (liquidável em títulos patrimoniais)

Em 8 de março de 2016, o Conselho de Administração deliberou aprovar a outorga de um total de 138.282 Ações Restritas aos Executivos da subsidiária Multiplus.

Estas ações serão compradas pela Companhia do mercado e entregue aos executivos no momento da liquidação, desta forma a subsidiária Multiplus vem reconhecendo a despesa equivalente ao plano em contrapartida a uma reserva de capital, no patrimônio líquido, que será utilizada para a futura compra destas ações. A despesa é calculada por meio do cálculo do valor presente do preço de exercício multiplicado pela quantidade de ações, apropriado ao longo do prazo de vigência dos planos.

O direito dos Beneficiários em relação às Ações Restritas somente será plenamente adquirido se verificadas, cumulativamente, as seguintes condições:

(a) Atingimento da meta de desempenho definida pelo Conselho de Administração como o retorno sobre o capital investido.

(b) O beneficiário deverá permanecer continuamente vinculado como administrador ou empregado da subsidiária Multiplus, pelo período compreendido entre a Data de Outorga e as datas a seguir descritas, para aquisição dos direitos relativos às seguintes frações: (i) 1/3 (um terço) após o 2º aniversário da Data de Outorga; (ii) 1/3 (um terço) após o 3º aniversário da Data de Outorga; e (iii) 1/3 (um terço) após o 4º aniversário da Data de Outorga.

A movimentação das ações restritas em 31 de dezembro de 2016:

	Quantidade de ações
Saldo no início do exercício	175.910
Outorgadas	138.282
Exercidas	(15.811)
Não adquiridas por desligamento	(60.525)
Saldo no final do exercício	237.856



29. PARTES RELACIONADAS

No curso das operações da Companhia, direitos e obrigações são gerados entre partes relacionadas, oriundos de operações de contratação e prestação de serviços, operações de mútuo pactuados em condições normais de mercado para operações semelhantes, baseadas em contrato.

29.1 Contrato operacional

Firmado em 10 de dezembro de 2009, estabeleceu os termos e condições que regem o relacionamento entre a Multiplus e a TLA, no que se refere:

- Ø Continuidade do gozo, pelos clientes da TLA que participam do Programa, dos benefícios do Programa mediante o uso de pontos a ele concedidos; e
- Ø Resgate dos pontos pelos membros do Programa através da Rede Multiplus. Estabeleceu, também, as condições para a compra e a venda de pontos, a compra e a venda de passagens aéreas, a utilização da base de dados, a gestão do Programa TAM Fidelidade e as suas respectivas remunerações.

29.2 Contrato de serviços compartilhados

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, a Multiplus desembolsou o montante de R\$700 (R\$1.687 em 31 de dezembro de 2015) para a TLA referente à utilização de serviços administrativos e de TI.

29.3 Posições ativas com partes relacionadas

	Controladora			Consolidado		
	Reapresentado*			Reapresentado*		
	31/12/2016	31/12/2015	01/01/2015	31/12/2016	31/12/2015	01/01/2015
Ativo circulante						
Contas a receber						
LATAM Airlines Group S.A.	Controladora	(134)	-	1.596.101	1.965.467	1.084.181
LAN Chile Cargo S.A.	Outras partes relacionadas	-	-	692.563	762.194	465.954
Aerotransportes Más de Cargas. S.A.	Outras partes relacionadas	-	-	28.576	24.453	16.047
LAN Argentina S.A.	Outras partes relacionadas	-	-	20.479	20.920	7.815
LAN Peru S.A.	Outras partes relacionadas	-	-	4.961	12.773	4.124
Outras partes relacionadas	Outras partes relacionadas	4.184	4.013	89.722	156.961	123.479
Total do ativo circulante		4.050	4.013	2.432.402	2.942.768	1.701.600
Ativo não circulante						
Mútuos						
Latam Airlines Group S.A.	Controladora	-	-	2.493.832	3.082.167	3.010.767
Total do ativo não circulante		-	-	2.493.832	3.082.167	3.010.767
Total do ativo		4.050	4.013	4.926.234	6.024.935	4.712.367

Demonstramos abaixo o resumo das operações de mútuo a receber com a LATAM, sendo:

Em 13 de junho de 2013, a TAM Capital 1 Inc. realizou uma operação de mútuo com a LATAM Airlines Group S.A, no montante de US\$236.370, os quais



totalizaram R\$506.943 utilizando a taxa de conversão a data da transação. A taxa nominal de juros desta transação corresponde a 4,25% a.a.. Em 31 de dezembro de 2016 o saldo deste contrato é de R\$733.130 (R\$913.282 em 31 de dezembro de 2015 e R\$632.959 em 31 de dezembro de 2014).

Em 27 de setembro de 2013, a TAM Capital 1 Inc. realizou uma operação de mútuo com a LATAM Airlines Group S.A, no montante de US\$70.000, os quais totalizaram R\$157.416 utilizando a taxa de conversão a data da transação. A taxa nominal de juros desta transação corresponde a 4,50% a.a.. Em 31 de dezembro de 2016 o saldo deste contrato é de R\$230.162 (R\$275.762 em 31 de dezembro de 2015 e R\$187.561 em 31 de dezembro de 2014).

Em 20 de junho de 2013, a TAM Capital 3 Inc. realizou uma operação de mútuo com a LATAM Airlines Group S.A, no montante de US\$359.803, os quais totalizaram R\$810.384 utilizando a taxa de conversão a data da transação. A taxa nominal de juros desta transação corresponde a 5,75% a.a.. Em 31 de dezembro de 2016 o saldo deste contrato é de R\$1.075.316 (R\$1.344.929 em 31 de dezembro de 2015 e R\$950.110 em 31 de dezembro de 2014).

Em 24 de junho de 2013, a TAM Capital 3 Inc. realizou uma operação de mútuo com a LATAM Airlines Group S.A, no montante de US\$138.968, os quais totalizaram R\$312.886 utilizando a taxa de conversão a data da transação. A taxa nominal de juros desta transação corresponde a 5,75% a.a.. Em 31 de dezembro de 2016 o saldo deste contrato é de R\$455.224 (R\$545.241 em 31 de dezembro de 2015 e R\$370.895 em 31 de dezembro de 2014).

Em 17 de junho de 2013, a TAM Capital 2 Inc. realizou uma operação de mútuo com a LATAM Airlines Group S.A, no montante de US\$300.000, os quais totalizaram R\$646.140 utilizando a taxa de conversão a data da transação. A taxa nominal de juros desta transação corresponde a 5,75% a.a.. O saldo deste contrato foi liquidado durante o exercício de 2016 (R\$2.953 em 31 de dezembro de 2015 e R\$869.243 em 31 de dezembro de 2014).



29.4 Posições passivas com partes relacionadas

		Consolidado		
		Reapresentado*		
		31/12/2016	31/12/2015	01/01/2015
Passivo circulante				
Fornecedores				
LATAM Airlines Group S.A.	Controladora	2.433.229	2.309.838	505.294
LAN Chile Cargo S.A.	Outras partes relacionadas	560.128	523.823	436.718
LAN Argentina S.A.	Outras partes relacionadas	70.072	85.433	181.515
Linhas Aéreas Cargas	Outras partes relacionadas	155.745	239.496	174.554
Aerotransportes Más de Cargas. S.A.	Outras partes relacionadas	17.755	16.714	13.204
LAN Peru S.A.	Outras partes relacionadas	24.101	17.869	8.601
Outras partes relacionadas	Outras partes relacionadas	46.330	35.083	23.577
		3.307.360	3.228.256	1.343.463
Outras contas a pagar				
Lan Cargo Overseas Limited	Outras partes relacionadas	2.978	-	3.851
Aerotransportes M. de C. S.A.	Outras partes relacionadas	4.725	-	2.976
		7.703	-	6.827
Total do passivo circulante		3.315.063	3.228.256	1.350.290



29.5 Transações com partes relacionadas

		Consolidado		
		Reapresentado*		
		31/12/2016	31/12/2015	01/01/2015
Vendas de espaço para cargas				
LATAM Airlines Group S.A.	Controladora	451.421	443.728	-
LAN Cargo S.A.	Outras partes relacionadas	64.500	95.666	-
Lan Chile S.A.	Outras partes relacionadas		-	43.788
Lan Chile Cargo	Outras partes relacionadas		-	8.029
Aerolane (Chile)	Outras partes relacionadas		(155)	-
Aerotransportes Más de Cargas. S.A.	Outras partes relacionadas	9.077	7.203	-
Aerolíneas Brasileñas S.A (ABSA)	Controlada		(1.920)	-
Lineas Aereas Nacionales	Outras partes relacionadas	(24)	51.427	-
Outras partes relacionadas	Outras partes relacionadas	6.655	-	-
Outras receitas operacionais				
Lan Argentina S.A.	Outras partes relacionadas	1.822	1.332	-
LATAM Airlines Group S.A.	Controladora	11.156	49.843	-
LAN Peru S.A.	Outras partes relacionadas	3.199	3.197	-
Aerovias de Integracion Regional (Aires S.A)	Outras partes relacionadas	1.421	1.593	-
LAN Cargo S.A.	Outras partes relacionadas	4.152	2.932	-
Linea Aerea Carguera de Colombia	Outras partes relacionadas	2.502	-	-
Aerotransporte Mas de Carga S.A.	Outras partes relacionadas	5	-	-
Outras despesas operacionais				
LATAM Airlines Group S.A.	Controladora	(324.659)	(414.580)	-
LAN Cargo S.A.	Outras partes relacionadas	(102.566)	(117.154)	-
Lineas Aereas Nacionales	Outras partes relacionadas	(30.826)	(56.636)	-
LAN Cargo Repair Station	Outras partes relacionadas	(13.449)	(14.768)	-
Lan Argentina S.A.	Outras partes relacionadas	(11.472)	(8.823)	-
Outras partes relacionadas	Outras partes relacionadas	(17.174)	(13.838)	-
Arrendamento				
LATAM Airlines Group S.A.	Controladora	(1.694.054)	(1.234.171)	(663.921)
Outras partes relacionadas	Outras partes relacionadas	17.277	-	-
Resultado financeiro				
Latam Airlines Group S.A.	Controladora	(258.786)	1.405.177	144.228
LAN Argentina S.A (Aero 2000 S.A)	Outras partes relacionadas	(832)	28.062	-
Lan Cargo S.A	Outras partes relacionadas	(6.228)	7.926	-
Lineas Aereas Nacionales	Outras partes relacionadas	-	2.035	-
Andes Airport Services S.A.	Outras partes relacionadas	-	470	-
Lan Cargo Repair Station	Outras partes relacionadas	-	(2.940)	-
Aerotransportes Más de Cargas. S.A.	Outras partes relacionadas	-	(1.070)	-
Outras partes relacionadas	Outras partes relacionadas	4.838	(3.064)	-



29.6 Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os membros do Conselho de Administração, presidente, vice-presidentes e diretores estatutários, totalizando 8 pessoas (6 pessoas em 31 de dezembro de 2015 e 5 pessoas em 31 de dezembro de 2014). A despesa com remuneração do pessoal chave da Administração para o período findo em 31 de dezembro de 2016 totalizou R\$12.257 (R\$15.739 em 31 de dezembro de 2015).

30. RECEITA OPERACIONAL

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida de vendas está apresentada a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Transporte de passageiros	12.864.521	13.392.941
Transporte de cargas	1.392.717	1.707.457
Programa Fidelidade (Multiplus)	824.110	738.171
Outras receitas	966.039	535.194
Receita bruta	16.047.387	16.373.763
Impostos e outras deduções	(717.433)	(768.998)
Receita líquida	15.329.954	15.604.765

Individualmente, nenhum dos clientes da Companhia representa mais de 10% de suas receitas no exercício findo em 31 de dezembro de 2016.



31. RESULTADO POR NATUREZA

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Custo dos serviços prestados		
Pessoal	2.359.977	2.469.942
Combustível	3.324.065	4.441.748
Depreciação e amortização	364.278	457.937
Manutenção e reparos	1.093.797	1.119.608
Seguro de aeronaves	49.886	49.390
Tarifas de decolagem, pouso e navegação	1.151.369	1.148.181
Arrendamentos	2.227.701	2.042.466
Serviços de terceiros	711.831	744.399
Custo com compra de pontos	130.891	-
Outras	1.156.167	913.348
	12.569.962	13.387.019
Despesas com vendas		
Pessoal	182.308	234.291
Depreciação e amortização	16.287	23.293
Serviços de terceiros	368.913	420.363
Vendas e <i>marketing</i>	718.929	808.540
Outras	105.956	171.466
	1.392.393	1.657.953
Gerais e administrativas		
Pessoal	305.800	249.874
Depreciação e amortização	89.102	84.197
Serviços de terceiros	375.583	314.689
Outras	425.219	205.265
	1.195.704	854.025

32. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	Consolidado	
	31/12/2016	Reapresentado* 31/12/2015
Receitas		
Créditos extemporâneos de PIS, COFINS e INSS	-	198.000
Despesas		
Transferência de aeronaves para LATAM	(425.041)	(74.184)
Provisão para ativo disponível para venda (A330)	(131.876)	-
Provisão para venda de materiais	(32.943)	-
Outros	(32.266)	-
	(622.126)	123.816



33. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Receitas financeiras				
Receita de juros sobre mútuo	-	-	123.789	337.536
Receita de juros	2.605	5.571	105.393	99.153
Outras receitas financeiras	(320)	-	224.457	23.376
	2.285	5.571	453.639	460.065
Despesas financeiras				
Despesas de juros	-	-	(393.589)	(554.382)
Outras	(213)	(2.052)	(118.019)	(99.819)
	(213)	(2.052)	(511.608)	(654.201)
Variação cambial líquida	10	(42)	746.561	(1.294.764)
Resultado financeiro líquido	2.082	3.477	688.592	(1.488.900)

34. NOVAS NORMAS E PRONUNCIAMENTOS AINDA NÃO ADOTADOS

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações foram emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017, entretanto, essas normas ainda não foram aprovadas em sua totalidade pelo CPC e CFC e, conseqüentemente, ainda não foram incorporadas às práticas contábeis adotadas no Brasil. Por essa razão não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras dado que ainda não são efetivas.

Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo e a Companhia pretende adotar esses pronunciamentos quando se tornarem aplicáveis.

IFRS 9 - "Instrumentos financeiros"

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 *Financial Instruments: Recognition and Measurement* (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revisada sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

Em 4 de novembro de 2016, o CPC emitiu o pronunciamento 48 - Instrumentos Financeiros, adotando na íntegra a IFRS 9. Tal pronunciamento foi aprovado pelo CFC em 22 de dezembro de 2016.



A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes"

A IFRS 15 requer o reconhecimento do montante da receita que reflita a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte das orientações sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente, e é aplicável a partir de e/ou após 1º de janeiro de 2018. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando-se uma abordagem de efeitos cumulativos.

IFRS 16 - "Arrendamentos"

Em janeiro de 2016, o IASB emitiu a "IFRS 16 - Leases", que determinam os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento. A IFRS 16 estará em vigência para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019. A IFRS 16 determina que, para grande parte dos arrendamentos, o arrendador passe a registrar um ativo referente ao direito de uso do ativo identificado, bem como o passivo relacionado ao arrendamento. A referida norma ainda não foi adotada pelo CPC e CFC.

A Administração está avaliando os potenciais efeitos que as IFRS 9, 15 e 16 terão sobre as demonstrações financeiras e divulgações da Companhia. A Companhia ainda não definiu o método de transição para as novas normas nem determinou seus efeitos sobre os relatórios financeiros atuais.

35. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas e sua emissão autorizada pela Diretoria Executiva da Companhia em 4 de abril de 2017.

36. EVENTOS SUBSEQUENTES

36.1 Aprovação de parceria comercial LATAM e IAG

Em 8 de março de 2017, foi aprovado por unanimidade pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") o acordo comercial entre o Grupo LATAM e o *International Airlines Group* ("IAG"), que reúne a British Airways e a Iberia.



O acordo ("*Joint Business Agreement*"), que foi anunciado em janeiro de 2016, ainda segue em processo de análise pelas autoridades competentes nos diversos países de operação das companhias aéreas envolvidas. A aprovação do CADE faz parte desse processo e representa um importante avanço para a implementação do mesmo.

Em sua decisão, o CADE definiu que o Grupo LATAM se compromete a lançar duas novas rotas entre o Brasil e a Europa. A LATAM Airlines Brasil vai operar essas rotas, trazendo expansão para a nossa malha e oportunidades de crescimento para a nossa equipe. Essas novas operações vão melhorar a conectividade da região e ampliar as alternativas de viagens entre essas geografias. Além disso, foi definido que as companhias envolvidas devem conceder alguns slots na rota São Paulo Londres e também realizar acordos *interline* com empresas que desejarem operar nessa rota. Esses compromissos terão duração entre 7 e 10 anos, prazo no qual haverá uma consultoria independente que revisará o cumprimento dessas medidas.

36.2 Contratação de garantia adicional empréstimo de capital de giro

Conforme divulgado na nota 20, na contratação do empréstimo de capital de giro, a controladora TAM S.A., concedeu garantias, por meio da disponibilização via alienação fiduciária, das ações de sua propriedade da controlada Multiplus, em uma proporção de 2 para 1 ao valor do empréstimo. Foi estabelecido que caso as ações da Multiplus sofressem uma queda em sua cotação atingindo um valor abaixo do mínimo estabelecido em contrato, a garantia deverá ser substituída. Dessa forma, em observação a essa condição, em 9 de março de 2017, a Companhia efetuou a aquisição de um certificado de depósito bancário no valor de R\$91.651 que foi devidamente registrado como caixa restrito, visto que integra a garantia desta operação.

36.3 Mudança na Administração da Companhia e sua controladora TAM S.A.

Em 22 de março de 2017, a Administração da Companhia anunciou mudanças em sua estrutura organizacional. Como consequência, atual presidente da Companhia, Sra. Claudia Sender Ramirez, a partir de 1º de maio de 2017 assumirá a Vice-Presidência Sênior de Clientes do Grupo LATAM e acumulará a presidência da controladora TAM S.A., a presidência da Companhia passará a responsabilidade do Sr. Jerome Cadier, que está no Grupo LATAM há quatro anos e atualmente ocupa a posição de Vice-Presidente Sênior de Marketing. As mudanças serão realizadas de forma tranquila e representam uma continuidade da nossa estratégia de retomada do crescimento no país.



36.4 Reoneração da folha de pagamentos

Em 30 de março de 2017, o Governo Federal do Brasil, por meio de comunicado realizado pelo Ministro da Fazenda Sr. Henrique Meirelles, anunciou a decisão de encerrar o benefício concedido em 2011 referente a desoneração da folha de pagamento que tinha como principal objetivo a geração de empregos no país e melhorar a competitividade das empresas. O benefício ocorre por meio da substituição da cobrança de uma contribuição previdenciária de 20% sobre a folha de pagamento, por um percentual fixo sobre a receita bruta. A alíquota aplicável a Companhia corresponde a 1,5%. A reoneração da folha de pagamento será regulamentada por meio de Medida Provisória, respeitando-se a noventa para sua adoção. A expectativa da Administração é que a reoneração passe a afetar a Companhia a partir do 2º semestre de 2017. A Administração está em processo de estimar os impactos financeiros de tal medida.



Maurício Rolim Amaro
Presidente do Conselho de Administração

Enrique Cueto Plaza
Membro do Conselho de Administração

Flavia Turci
Membro do Conselho de Administração

Henri Philippe Reichstul
Membro do Conselho de Administração

Inácio Cueto Plaza
Membro do Conselho de Administração

Claudia Sender Ramirez
Presidente

Nelson M. Shinzato
Vice-Presidente de Operações e Manutenção

José Roberto Beraldo
Vice-Presidente de Finanças e Gestão

Renata Bandeira G. do Nascimento
Diretora de Controladoria
CRC 1 SP-215231/O-3

